

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

**Democracia pra que te quero: a influência do regime político e da
globalização sobre o crescimento econômico.**
Comparando democracias emergentes e consolidadas.

Ana Cristina Cordeiro da Fonseca

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F676d Fonseca, Ana Cristina Cordeiro da.

Democracia pra que te quero: a influência do regime político e da globalização sobre o crescimento econômico: comparando democracias emergentes e consolidadas / Ana Cristina Cordeiro da Fonseca. - João Pessoa, 2022.

87 f.

Orientação: Saulo Felipe Costa.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Relações internacionais. 2. Regimes políticos. 3. Crescimento econômico. 4. Globalização. I. Costa, Saulo Felipe. II. Título.

UFPB/BC

CDU 327(043)

“What’s exciting is the actual process of broadening yourself, of knowing there’s now a little extra facet of the universe you know about and can think about and can understand. It seems to me that when it’s time to die, there would be a certain pleasure in thinking that you had utilized your life well, learned as much as you could, gathered in as much as possible of the universe, and enjoyed it. There is only this one universe and only this one lifetime to try to grasp it. And while it is inconceivable that anyone can grasp more than a tiny portion of it, at least you can do that much. What a tragedy just to pass through and get nothing out of it. ”

Isaac Asimov

A vovô Zezito e tio Joel
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

É com muita gratidão e sentimento de dever cumprido que finalizo mais uma etapa da minha vida. Sou grata por todo o caminho percorrido, por todas as pessoas que passaram por ele e que, de maneira singular, fizeram parte da minha jornada. Os tempos foram outros, os anos iniciais da década de 20 não esperaram por ninguém e, de fato, muitos foram perdidos pelo caminho. Por essa razão, dedico o meu esforço a todos aqueles que, de alguma forma, não puderam continuar. Dedico, em especial, ao meu avô, seu Zezito e ao meu tio Joel, que tanto me ensinou e sempre esteve disposto e entusiasmado a debater comigo sobre questões políticas. A vocês, o meu mais puro amor e saudade.

Agradeço, acima de tudo, Aquele que, da sua forma, fez tudo isso ser possível. Sou grata por todo o carinho, bondade e cuidado que Deus teve para comigo no decorrer não só desses dois anos, mas durante toda a minha vida. A Sua presença é sentida a todo e a cada momento.

Sou grata a minha família. Aos meus pais, Jorge e Gladys, que sempre acreditaram em mim, me apoiando e incentivando nos momentos mais necessários. Não existem palavras que possam expressar o meu amor e a minha gratidão a vocês. Agradeço, em especial também, as minhas irmãs, Beatriz, Mariana e Natália, a quem eu nutro o meu mais sincero sentimento de amor. Agradeço ao meu avô Edyr, por toda a fonte de inspiração em leituras. Poder trocar livros com o senhor é um privilégio.

Agradeço ao meu namorado, Gilvandro Neto, por formar uma parceria tão linda comigo. A sua presença foi fundamental nesse caminhar, agradeço por todo o amor, incentivo, delicadeza e acolhimento dedicados a mim durante esse tempo. Agradeço a minha amiga de toda uma vida, Amanda Aquino, por todo o amor, paciência, pelas longas conversas, desabafos e companheirismo sem fim.

Agradeço ao meu orientador, professor Saulo Costa, por ter apostado em mim desde o início. Sou muito grata sobretudo pela forma que você me acolheu quando foi necessário, me direcionando da maneira correta para continuar a seguir o meu caminho. Muito obrigada pelos momentos a mim dedicados, pelos incentivos, ensinamentos e pela atenção.

Agradeço, por fim, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB, por mais que o nosso contato tenha sido de maneira virtual, os ensinamentos passados através das telas vão perdurar.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar a relação entre as variáveis regime democrático, crescimento econômico e globalização nos países da América Latina, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e na Rússia nos anos de 1990-2013. O objetivo primordial da pesquisa é averiguar se existe relação entre as três variáveis dentro recorte temporal proposto. A pesquisa adotará uma estratégia empírica de natureza quantitativa, buscando a estimação de níveis de causalidade entre as variáveis independentes (interesse e controle) e a variável dependente. Se adotará uma análise de dados em formato de painel balanceado, com 1265 observações. Além do mais, a pesquisa se utilizará de dados secundários provenientes de repositórios e organismos internacionais.

Palavras-chave: Regimes Políticos. Crescimento Econômico. Globalização. América Latina. Rússia. OCDE.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relationship between the variables democratic regime, economic growth and globalization in Latin American countries, Organization for Economic Cooperation and Development and, Russia in the years 1990-2013. The main objective of the research is to ascertain whether there is a relationship between the three variables within the proposed time frame. The research will adopt a quantitative empirical strategy, seeking to estimate the levels of causality between the independent variables (interest and control) and the dependent variable. A balanced panel data with 1265 observations will be adopted. In addition, the research will use secondary data from repositories and international organizations.

Keywords: Political Regimes. Economic Growth. Globalization. Latin America. Russia. OECD.

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS E FIGURAS

- Tabela 1 Promoção de Crescimento
- Tabela 2 Lista de Conceitos
- Tabela 3 Lista de Variáveis
- Tabela 4 Valores estatísticos das variáveis
- Tabela 5 Resultado das Estimações – Variável Dependente: variação % do PIB
- Gráfico 1 Frequências de tipo de regime (anual)
- Gráfico 2 Média da variação Percentual do PIB
- Gráfico 3 Variação Percentual do PIB por país – América Latina
- Gráfico 4 Variação Percentual do PIB por país – OCDE e Rússia
- Gráfico 5 Média da Globalização Econômica por Região
- Gráfico 6 Globalização Econômica por países – OCDE e Rússia
- Gráfico 7 Globalização Econômica por países – América Latina
- Gráfico 8 Média da Globalização Política por Região
- Gráfico 9 Globalização Política por países – OCDE e Rússia
- Gráfico 10 Globalização Política por países – América Latina
- Gráfico 11 Globalização Política e Econômica por países – OCDE e Rússia

Gráfico 12 Globalização Política e Econômica por países – América Latina

Gráfico 13 Média da Durabilidade do Regime na região

Gráfico 14 Durabilidade Democrática por países – OCDE e Rússia

Gráfico 15 Durabilidade Democrática por países – América Latina

Gráfico 16 Média de Democratização na região

Gráfico 17 Amplitude Democrática por países – OCDE e Rússia

Gráfico 18 Amplitude Democrática por países – América Latina

LISTA DE SIGLAS

FMI	Fundo Monetário Internacional
GMM	Método dos Momentos Generalizados
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCSE	Panels Corrected Standard Error
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
QOG	Quality of Government Institute
RN	Renda Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	19
DEMOCRACIA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES CAUSAIS E (IN)DEFINIÇÕES	19
1.1 Democracia.....	19
1.1 Regimes autoritários.....	22
1.3 Crescimento Econômico e Regime Político	26
1.4 Globalização	36
CAPÍTULO 2	41
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
2.1 Hipóteses.....	42
3.2 Descrição das variáveis utilizadas	43
CAPÍTULO 3	51
RESULTADOS EMPÍRICOS	51
3.1 Crescimento Econômico.....	53
3.2 Globalização Econômica e Política	57
3.3 Durabilidade do Regime e Amplitude Democrática.....	65
3.4 Resultados Empíricos	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

A virada democrática da Revolução dos Cravos, em Portugal, iniciada em 1974, foi responsável por gerar uma movimentação em prol de ambientes mais democráticos em diversos Estados. As mudanças políticas que foram ocorrendo ao longo dos anos, fizeram com que alguns estudiosos depositassem grande esperança sob o novo guarda-chuva democrático que estava se abrindo no mundo. Huntington (1994) chamou o movimento de terceira onda democrática, Fukuyama (1992) defendeu que não existia nenhuma alternativa viável para modelos políticos que não fossem democracias liberais. Larry Diamond (1994) produziu estudos que argumentavam sobre a construção de uma ordem global democrática¹. Smith (2007), por sua vez, sustentava que em algum ponto, todos os principais Estados seriam democracias liberais. Com isso, as décadas de 1980 e 1990 trouxeram consigo um entusiasmo em relação ao futuro da democracia no mundo. Aqueles que se posicionavam favoráveis a democracia, acreditavam que dito regime político poderia triunfar em qualquer lugar, desde que os governos estivessem politicamente abertos e dispostos a realizar a transição. É importante destacar que, o debate realizado entre cientistas políticos e acadêmicos sobre a transição democrática não foi responsável por criar tal otimismo, no entanto, o entusiasmo presente na academia contribuiu para aumentar a expectativa entre políticos e sociedade civil em prol de uma rápida disseminação da democracia, até que ela se tornasse o regime dominante no mundo. (EVANS, 2009).

Dessa forma, no decorrer dos anos, observou-se mudanças na Grécia, por exemplo, com o aumento das tensões no governo dos coronéis, que comandavam o país desde 1967, fazendo com que o regime ditatorial terminasse em meados de 1974, com a realização de eleições. A Espanha, por sua vez, seguiu para uma onda mais libertadora e democrática, após a morte do ditador Franco. Pode-se afirmar que, nos anos que se sucederam, a terceira onda de democratização (Huntington, 1994) se espalhou de forma acelerada pelos quatro cantos do globo, fazendo com que antigos

¹ DIAMOND, Larry. *The Global Imperative: Building a Democratic World Order*. 1994.

regimes militares, como foi o caso de alguns países da antiga cortina de ferro, caminhassem em direção a um cenário mais democrático. No entanto, faz-se necessário ressaltar que, as mudanças de ditadura para democracia realizadas na terceira onda, abarcaram processos políticos complexos, que “[...] envolveram uma série de grupos em luta pelo poder, a favor e contra a democracia e outras metas.” (HUNTINGTON, 1994, p. 124).

Nesse sentido, na América Latina a situação não foi diferente. A década de 1980 marcava o início do período de redemocratização da região. De fato, os governos militares caminhavam em direção daquilo que viria a ser o seu fim. O cenário agora mostrava-se oportuno para que o regime democrático começasse a se consolidar, de forma paulatina, no continente, com mudanças ocorrendo no Equador (1980), Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (1984) e Brasil (1985). Dessa forma, as transições democráticas seriam as responsáveis por gerar uma áurea de esperança em relação ao futuro dos regimes políticos na região. (FRIDERICHS, 2017).

No Brasil, por exemplo, o governo Médici começava a implementar políticas que acabariam abrindo espaço para o início de uma futura deterioração do regime militar, mesmo que de forma lenta e gradual, uma vez que, o governo Médici foi considerado como uma das épocas mais brutais e repressivas da ditadura brasileira. Dessa forma, segundo Huntington (1994), em 1974 o governo Geisel dava início ao processo de abertura política do país. Processo esse que seria lento, gradual e seguro e, que teria a sua continuidade no governo do general Figueiredo. Conforme explana Huntington (1994), a transição democrática brasileira seguiu o seu rumo durante o período de três governos, fazendo com que as alterações fossem demoradas e o governo não perdesse o controle das mudanças que iam acontecendo. Assim, em 1985, após mais de vinte anos de ditadura militar, tem-se a instalação do primeiro presidente civil do Brasil. Em 1988, a adoção de uma nova Constituição. E, finalmente, em 1989 o Brasil completava o seu processo de transição e se configurava como uma democracia em sua totalidade.

A Argentina, por sua vez, vivenciou duas crises que acarretaram na transição da ditadura para um regime democrático. De acordo com Friderichs (2017), a primeira crise teve início com a Guerra das Malvinas, em 1982. O objetivo principal do conflito era conquistar o poderio da ilha que estava sob o domínio inglês desde 1833. No entanto, a disputa resultou na derrota da Argentina para a Inglaterra em um período de curtos meses. O outro fator que levou ao enfraquecimento da ditadura argentina foi

a séria crise econômica, ocasionada pela política de desmonte da estrutura econômico-social empregada pelo Estado. (FRIDERICHS, 2017). Para os militares argentinos, a primazia do setor industrial na economia, seria responsável por criar um movimento populista em prol dos operários e isso ameaçaria o regime que perdurava até então. Dessa forma, a insatisfação generalizada em relação as reformas econômicas, em conjunto com a derrota para a Inglaterra nas Malvinas, fizeram com que a transição democrática ocorresse, com a eleição direta de Raúl Alfonsín, em 1983.

Nesse mesmo período, e em um cenário similar ao da América Latina, tem-se a eleição de Boris Iéltsin (1991) na Eurásia. Assim, faz-se necessário entender o momento em que Iéltsin assume, uma vez que à sua porta estava a desintegração do bloco soviético. Para Calvocoressi (2011), a má formação econômica intra-bloco, o seu embrutecimento e a corrupção caracterizavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo inexorável a sua ruína. Dessa forma, é sob o governo Iéltsin que a URSS se desintegra de fato, com um alto grau de instabilidade econômica e organizacional. A Rússia, a partir de agora, tentava trilhar o seu caminho por vias democráticas, seguindo os movimentos da terceira onda de democratização. Mais do que isso, a população ansiava por políticas de mercado que consolidassem a abertura do Estado para as economias ocidentais.

De acordo com Evans (2009), as mudanças ocorridas na Rússia fizeram com estudiosos afirmassem que o país estava em processo de transição inicial, com mudanças e correções que precisariam ser feitas, mas que, apesar disso, estava caminhando em direção a um regime político democrático. Assim como na América Latina, as perspectivas pareciam boas, mas o cenário interno do país se mostrava um tanto conturbado. No entanto, ainda segundo Evans (2009), com a entrada de Vladimir Putin (2000-2004) no poder, a avaliação do regime enquanto democrático começa a ser questionado, fazendo com que as percepções de cientistas políticos em conjunto com a sociedade civil, indicassem que a transição democrática russa não teria sido bem-sucedida.

Os países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por sua vez, em sua maioria, apresentam realidades completamente diferentes da Rússia e da América Latina. As economias que compõem a organização são marcadas por um produto interno bruto (PIB) e um índice de desenvolvimento humano (IDH) elevados. Por exemplo, de acordo com dados do

Banco Mundial², quando comparados com a América Latina, os países da OCDE apresentam uma média do PIB *per capita* de 37,975, enquanto a média do PIB *per capita* latino-americano é de 8,780. A Rússia contabiliza um PIB *per capita* de 10,126. Em relação ao IDH³, a América Latina apresenta um valor médio de 0.770, os países da OCDE 0.856 e a Rússia 0.824. Fora que, os Estados que compõem a OCDE estão a mais tempo sob a égide da democracia, não tendo testemunhado as mudanças ocorridas a partir de 1974, com o movimento de redemocratização de alguns territórios, como citado anteriormente.

Para além do mais, assim como o movimento de disseminação do regime democrático pelo mundo na década de 1990, o processo de globalização também começava a sua difusão pelo cenário internacional. Dessa forma, entende-se que ela ocorre de duas formas: política e econômica. A globalização econômica envolve o processo de abertura comercial dos Estados, ou seja, refere-se à ampliação do tamanho do mercado, procedimento esse que ganhou força na década de 1990, com a propagação do modelo econômico neoliberal – iniciado na década de 1970. Assim como a democracia, o modelo de um mundo integrado economicamente parecia ser a solução plausível para o futuro dos Estados no ambiente pós-Guerra Fria. No entanto, a realidade mostraria que o encurtamento das fronteiras e a abertura dos mercados não trariam resultados vantajosos para todos os países. Aqueles que já se encontravam sob o guarda-chuva democrático se beneficiariam de maiores fluxos econômicos, no entanto, aqueles que estavam passando por um processo de transição de regime político, como foi o caso dos países da América Latina e da Rússia, não iriam receber os benefícios que eram esperados do processo de globalização econômica.

Com o passar dos anos, observou-se que, antes de uma abertura comercial, alguns fatores se faziam necessários para que o Estado conseguisse se inserir da melhor maneira possível nesse novo modelo econômico mundial. Em alguns casos latino-americanos, as instituições precisavam ser fortificadas e o investimento em capital humano também precisaria ter sido realizado. No entanto, sabe-se que esses processos de mudanças e alterações não foram totalmente realizados, resultando em uma globalização econômica falha e nem sempre positiva.

A globalização política, por sua vez, pode ser entendida como o conjunto de processos pós e transnacionais, ou seja, todos os fluxos, movimentos globais e o

² GDP per capita data, 2020. The World Bank.

³ Human Development Index Ranking, 2020. United Nations Development Programme (UNDP).

desenvolvimento de redes que ultrapassam as fronteiras dos Estados se encaixam perfeitamente dentro do termo globalização política. Dessa forma, o compartilhamento realizado através dos meios de comunicação, dos fóruns internacionais, das discussões a respeito de problemas globais, como a situação do meio ambiente, por exemplo, são situações nas quais a globalização política se faz presente. Desse modo, como mencionado anteriormente, dentro da globalização política, o regime democrático passou a ser difundido como modelo político universal e todos os Estados tiveram que se adequar aos seus moldes.

Com isso, a presente dissertação pretende lançar luz na relação destes conceitos, buscando mensurar como eles se processam em diferentes regimes institucionais, jovens democracias e democracias consolidadas. Nesse sentido, algumas perguntas se fazem pertinentes, a saber: em relação a América Latina, comparado aos períodos ditatoriais, o regime democrático, de fato, impulsionou um crescimento na economia da região? A longevidade democrática incita o crescimento econômico? Qual é a influência real da globalização, tanto política quanto econômica, nas economias do continente latino-americano, da OCDE e na Rússia? A ideologia partidária na Rússia, América Latina e OCDE importa?

Assim, com o intuito de elucidar as questões proferidas, o estudo concentrou-se no recorte temporal de 1990-2013 para analisar a relação causal entre as variáveis democracia, crescimento econômico e globalização nos países outrora citados. Com isso, visando uma melhor compreensão das questões elencadas, esta dissertação se estrutura em três capítulos mais uma seção de considerações finais, sem mencionar a introdução. Desse modo, o primeiro capítulo versa a respeito das definições de democracia, crescimento econômico e globalização, destacando as relações dessas variáveis com os países elencados e evidenciando a falta de consenso na literatura sobre o tema em questão, o que ocasiona um debate entre autores. O segundo capítulo, por sua vez, destina-se aos processos metodológicos da dissertação. Assim, inicialmente, apresenta-se informações referentes aos países selecionados, as razões pela escolha do recorte temporal, as hipóteses que fomentam o estudo e as variáveis com as suas respectivas explicações e as fontes das quais foram retiradas. Em seguida, ainda no capítulo dois, apresenta-se e explana-se a escolha do método econométrico de estimação mais adequado para a realização das análises multivariadas. Dando continuidade, o terceiro capítulo destina-se a introdução dos resultados encontrados a partir das análises realizadas. Mais do que isso, o terceiro

capítulo destina-se a execução de modelos de estimação a partir dos conjuntos de dados, procedendo para uma análise multivariada visando o teste de hipóteses. Também se discute a respeito dos resultados empíricos que foram encontrados a partir dos modelos executados. Por fim, expõem-se as considerações finais elaboradas a partir dos modelos e análises realizados bem como discute-se as suas implicações e contribuições para com o objeto de estudo.

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES CAUSAIS E (IN)DEFINIÇÕES

Visando uma compreensão maior do leitor, o presente capítulo apresenta-se subdividido em quatro sessões. Dessa forma, a primeira sessão versa sobre o conceito de democracia para diferentes autores, mostrando como o debate a respeito desse regime político se dá na literatura. A segunda sessão, por sua vez, aborda a respeito dos regimes autocráticos, destacando as suas principais características e apontando pontos positivos e negativos. Em seguida, na terceira sessão, explana-se a respeito do crescimento econômico e a sua relação com os tipos de regime político. Nessa parte, alguns trabalhos envolvendo os países da América Latina, Rússia e da OCDE são apresentados, mostrando como a variável dependente – crescimento econômico – se comporta em cada grupo de países. Ademais, na terceira sessão entende-se que o debate sobre crescimento econômico x regime político ainda se faz bastante presente no meio acadêmico, com discussões pertinentes a respeito do tema. Por fim, na quarta sessão, apresenta-se os conceitos dos dois tipos de globalização, política e econômica, também mostrando quais são as suas implicações dentro do cenário internacional.

1.1 Democracia

O conceito de democracia vem sendo amplamente debatido por estudiosos com o passar dos anos. Desde a Grécia antiga se argumenta a respeito do modelo democrático⁴. Já no período moderno, segundo Huntington (1994), os debates acerca do conceito de democracia começaram no final do século XVIII. As duas grandes guerras no século XX fizeram com que novas abordagens sobre o significado de democracia surgissem e fossem

⁴ FLECK, Robert K. HANSSEN, Andrew F.

inseridas no debate. “Como forma de governo, a democracia foi definida em termos de fontes de autoridade do governo, com propósitos do governo e procedimentos para a constituição do governo.” (HUNTINGTON, 1994, p. 16). Dessa forma, entende-se que o procedimento central da democracia é a eleição de representantes através da escolha popular.

Schumpeter (1961), em seu estudo intitulado de Capitalismo, Socialismo e Democracia, adentra no debate com críticas a respeito da doutrina clássica da democracia, que afirmava que o povo poderia decidir, através da eleição de indivíduos, aquilo que seria considerado o bem comum para toda a sociedade. No entanto, não há como determinar que o bem comum será desejado por todos os diferentes grupos que compõem uma sociedade. O conceito de bem comum para uma parcela da população pode ser diferente do restante dela. Ainda assim, mesmo que o conceito de bem comum seja definido de maneira clara, as soluções para se chegar a esse modelo ideal podem ser – e serão – diferentes para cada grupo. (SCHUMPETER, 1961).

Dessa forma, Schumpeter (1961) introduz uma abordagem diferente da clássica, chamada de outra teoria da democracia, que afirma que “[...] o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.” (SCHUMPETER, 1961, p. 321). Assim, entende-se que o regime democrático é o meio utilizado para a concretização de decisões políticas, nas quais indivíduos obtêm o poder de decisão, que é adquirido através de um processo competitivo em busca dos votos daqueles que compõem a sociedade, ou seja, do povo.

Dahl (1971), por sua vez, argumenta que o significado de democracia é definido através de um conjunto de regras e princípios que será responsável por determinar como as decisões serão tomadas. É importante destacar, como Dahl (1971) afirma, que as decisões serão realizadas em associação, ou seja, em conjunto. Para isso, é entendido que todos os membros da sociedade deverão ser tratados de forma igual. Dessa forma, todos passam a ser considerados enquanto politicamente iguais, sendo todos igualmente qualificados para participar do processo de tomada de decisão. Com isso, Dahl (1971) elege alguns critérios para a realização de um processo democrático, sendo eles: a participação efetiva, a igualdade de voto, o entendimento esclarecido, o controle do programa de planejamento e a inclusão dos adultos. Se alguma dessas exigências não é atendida, considera-se que os membros não serão politicamente iguais. Mas isso não significa que o processo não seja democrático, muito pelo contrário. Em situações reais

que envolvem Estados, nem todos os critérios serão atendidos, não é possível garantir que todos os membros de uma associação tenham iguais oportunidades de participar do processo. No entanto, segundo Dahl (1971), os critérios servem para a criação de padrões com o intuito de medir o desempenho dos Estados dentro do arcabouço democrático. Os critérios “podem servir como orientação para a modelagem e a remodelagem de instituições políticas, constituições, práticas e arranjos concretos [...] para todos os que aspiram à democracia [...]”. (DAHL, 1971, p. 54).

Ainda na visão de Dahl (1971), a democracia envolveria duas dimensões principais, sendo elas a contestação e a participação. Tais dimensões permitem que se defina níveis de categorização para a democracia. Através dessas categorias, torna-se possível mensurar o nível de democratização dos sistemas políticos. Além do mais, abre-se espaço para que comparações entre esses sistemas sejam feitas, analisando se eles encontram-se em categorias mais ou menos democráticas.

Já Huntington (1994) considera que a base da democracia é formada pela realização de eleições livres, regulares, competitivas e abertas, sendo tais condições elementos essenciais para um ambiente democrático. Nesse sentido, é óbvio que cada governante terá o seu modelo de governar, podendo ele ser justo e igualitário, o levando a uma manutenção do poder, ou seja, obtendo a vitória nas próximas eleições ou, por outro lado, podendo ele ser corrupto e incapaz de atender as demandas da sociedade. No entanto, é importante deixar claro que tais características, sendo elas positivas ou negativas, não tornam o governo não democrático. O governo torna-se não democrático quando os indivíduos que estão no poder não são escolhidos através de eleições. Inclusive, Huntington (1994) chama atenção para o fato de que, na década de 1990, os países que estavam passando pela redemocratização só teriam as suas eleições consideradas aceitas e legítimas se os processos tivessem sido acompanhados por uma equipe de observadores internacionais, que garantissem que tudo havia ocorrido dentro dos padrões esperados.

A expansão da democracia a nível global, principalmente após a Revolução dos Cravos (1974) em Portugal, levou muitos pesquisadores⁵ a questionarem se a escolha de dito regime político influenciaria de alguma forma ou, até mesmo, contribuiria para um maior avanço do crescimento econômico nos Estados. Assim, com o passar

⁵ Adelman e Morris (1967); Barro (1989); Bates, Fayad e Hoeffler (2012); Dick (1974); Gerring *et. al.* (2005); Helliwell (1992); Huntington e Dominguez (1975); Landau (1986); Marsh (1988); Papaioannou e Siourounis (2008); Pourgerami (1988); Przeworski (1966); Remmer (1990); Tavares e Wacziarg (2001); Kormendi e Meguire (1985); Kohli (1986); Weede (1983); Acemoglu *et. al.* (2015) e Teorell (2010).

dos anos, observou-se uma expansão na quantidade de trabalhos que buscavam, sobretudo, uma relação causal entre o regime democrático e os seus efeitos sob a promoção – ou não – do crescimento econômico.

1.1 Regimes autoritários

Nesse sentido, como explanado anteriormente, sabe-se que a terceira onda democrática (Huntington, 1994) fez com que antigos regimes autoritários, como foi o caso da maioria dos governos militares latino-americanos, passassem por períodos de transição em direção a um ambiente mais democrático, movimentação essa que gerou uma redução na quantidade de governos autoritários que compunham o cenário internacional, especialmente durante a década de 1990. Por essa razão, assim como no caso da democracia, faz-se pertinente investigar a respeito dos regimes autoritários, destacando as suas características e definições, uma vez que tal elucidação é necessária para a construção da linha argumentativa que molda a presente dissertação.

Assim, regimes autoritários favorecem a autoridade governamental e reduzem o consenso, podendo essa redução ocorrer de maneira drástica ou não. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. (MATTEUCCI; PASQUINO; 2008). Dando continuidade, de acordo com Hadenius e Teorell (2006), existem três formas que asseguram que a manutenção do poder político permaneça concentrada nas mãos de uma só pessoa, grupo ou instituição, sendo elas: a sucessão hereditária ou linhagem, o uso da força militar – sendo esse uso real ou em forma de ameaça, e a eleição popular. Estes três modos de manutenção de poder correspondem a três tipos genéricos de regime autoritário, a saber: monarquia, regime militar e regime eleitoral.

Assim, segundo Hadenius e Teorell (2006), de maneira bem resumida, entende-se que o regime monárquico pode ser definido como um governo no qual uma pessoa de origem da realeza herda a posição de chefe de Estado. Já os regimes militares ocorrem quando a maior parte do governo é composta por oficiais militares, podendo eles terem ocupado essa posição através do uso real da força ou da ameaça.

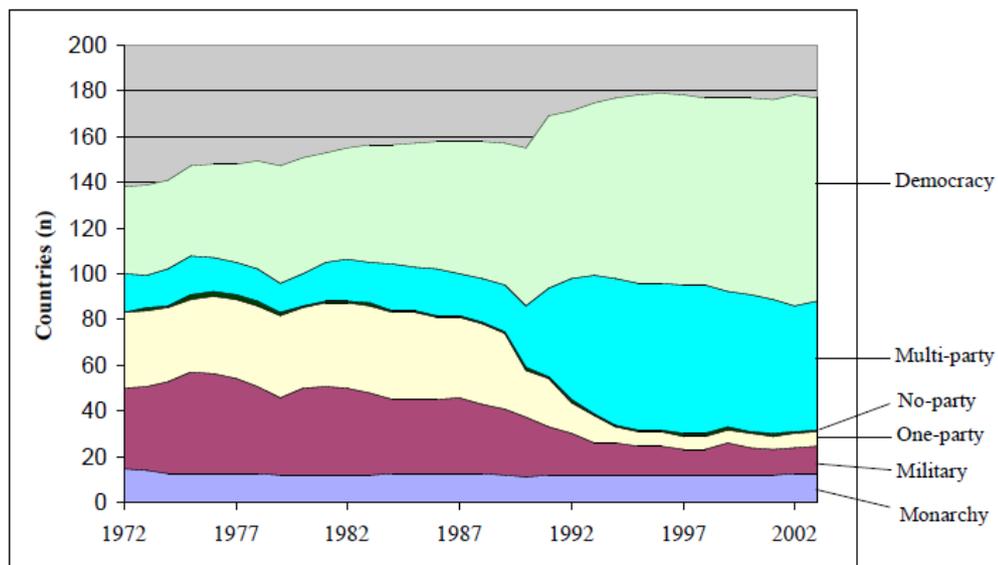
Dessa forma, as forças armadas podem exercer o poder político de maneira direta ou indireta. No entanto, é importante destacar que, regimes nos quais pessoas de origem militar são escolhidas em eleições abertas não devem ser enquadrados na categoria de regimes militares. Os regimes rebeldes formam uma subcategoria especial. Eles incluem casos em que um movimento rebelde toma o poder por meios militares, e o governo ainda não foi reconstituído como outro tipo de regime. (HADENIUS; TEORELL. 2006).

Os regimes eleitorais, por sua vez, são definidos através da realização de eleições populares para o parlamento ou para o gabinete executivo. No entanto, é importante destacar que, segundo explanam os autores, esse tipo de regime autoritário pode ser dividido em três subcategorias, sendo elas: 1) os regimes sem partidos: nos quais tem-se a realização de eleições, porém todos os tipos de partidos políticos são proibidos de participar do processo eleitoral; 2) regimes monopartidários: no quais todos os partidos, exceto um, são proibidos de participar das eleições e 3) regimes multipartidários limitados: que são caracterizados pela realização de eleições parlamentares ou presidenciais, nas quais podem participar candidatos que são independentes do regime que está no poder. Esta classificação é válida mesmo quando os partidos da oposição se abstêm voluntariamente de participar das eleições. A questão é que, as eleições ocorrem quando há um grau de competição entre candidatos que representam diferentes partidos ou que optam por agir como indivíduos. Isto não significa que as eleições em questão sejam livres e justas: certos grupos podem ser excluídos e o processo pode, de várias maneiras, favorecer um dos lados. (HADENIUS; TEORELL. 2006).

Como foi mencionado, a partir da Revolução dos Cravos (1974), observou-se uma mudança nos tipos de regimes políticos existentes no mundo. Dessa forma, conforme pontuam Hadenius e Teorell (2006), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela predominância de dois tipos de regimes autoritários: militares – exemplos clássicos podem ser encontrados na América Latina - e Estados unipartidários – como Cuba, por exemplo. A partir da década de 1990, essa realidade começa a mudar e a quantidade de regimes autoritários muda drasticamente. Desse momento em diante, os regimes multipartidários limitados compunham a forma mais frequente de autoritarismo existente no ambiente internacional, a exemplo do México. É importante destacar, também, que a monarquia não sofre alterações significativas durante o período de 1970-1990, tendo

perdurado durante os anos. Assim, o gráfico 1 ilustra as tendências gerais dos regimes autoritários no período de 1972-2003. (HADENIUS; TEORELL. 2006).

Gráfico 1 – Frequências de tipo de regime (anual)



Fonte: Hadenius, Teorell. 2006: p. 10, Figura 1.

Assim como a democracia, o debate a respeito do crescimento econômico nos regimes autoritários também ganhou força na literatura. Como foi mencionado anteriormente, ainda não existe um consenso sobre a relação de crescimento econômico e um tipo específico de regime político. Nesse sentido, de acordo com Haber (2008), durante a década de 1970, os regimes autoritários apresentaram taxas de crescimento econômico iguais – ou, até mesmo, superiores – às das democracias. Tais taxas foram significativas uma vez que esses regimes, em sua maioria, possuíam níveis mais baixos de desenvolvimento econômico quando comparados as democracias da época. Segundo Haber (2008), a explicação para esse fenômeno residia no fato de que a variação nas taxas

de crescimento econômico nos regimes autoritários se mostrava muito maior do que nas democracias.

Outro ponto a ser destacado, como explana Haber (2008), é que todos os líderes de governos autoritários possuem o mesmo objetivo em comum que é o de se manter no poder a todo custo, uma vez que a perda de poder resultaria no seu exílio, prisão ou, até mesmo, na sua morte. No entanto, manter-se no poder é extremamente difícil, uma vez que líderes autoritários não sabem exatamente quem os apoia verdadeiramente. O efeito disso é paradoxal, já que ditadores se convertem em governantes extremamente inseguros em relação ao seu poder sob a população. Dessa forma, para resolver tal situação de insegurança iminente, Wintrobe (apud HABER, 2008) explana que os ditadores podem se utilizar de dois instrumentos: o primeiro deles seria o uso da força através da repressão, não deixando espaços para que movimentos populares ou golpes internos aconteçam. O outro, por sua vez, envolveria uma redistribuição econômica, o que terminaria por explicar os altos níveis de crescimento econômico em alguns regimes autoritários.

Existe uma explicação para que essa redistribuição econômica aconteça. Na visão de Olson (apud HABER, 2008), ao governarem por longos ou indeterminados períodos, ditadores possuem tempo o suficiente para investir em bens públicos, conceder incentivos fiscais para fazer valer os direitos de propriedade e taxar a maximização da receita de longo prazo. Dessa forma, eles gastam todas as receitas fiscais em excesso visando assegurar os direitos de propriedade e, mais do que isso, visando criar bens públicos de consumo. Ainda nesse sentido, Przeworski (1993) argumenta que somente aqueles Estados que conseguem resistir às pressões para o consumo imediato, são capazes de crescer economicamente, uma vez que tais pressões são responsáveis por reduzir os níveis investimento, e os regimes democráticos não possuem capacidade para tal. Para além do mais, Przeworski (1993) explana que o regime democrático é responsável por fomentar a demanda pelo consumo. Tal demanda, por sua vez, ameaça os lucros que, por conseguinte, reduz os investimentos e retarda o crescimento econômico. Assim, o fato de não existirem tais demandas nos regimes autoritários explica o seu crescimento econômico quando comparados as democracias.

1.3 Crescimento Econômico e Regime Político

O crescimento econômico, por sua vez, pode ser entendido, de acordo com Haller (2012), como um processo de aumento do tamanho das economias nacionais, dos indicadores macroeconômicos, especialmente do Produto Interno Bruto (PIB), do Produto Nacional Bruto (PNB) e da Renda Nacional (RN), em uma direção crescente, mas não necessariamente linear, ocasionando efeitos socioeconômicos. Assim, à medida que a taxa de crescimento econômico aumenta, a produção de bens e serviços também aumenta, fazendo com que a taxa de desemprego diminua, as oportunidades de trabalho aumentem e, como resultado, tem-se uma melhora no padrão de vida da sociedade civil. Segundo Balcerowicz (2001), o crescimento econômico é entendido enquanto um processo de mudanças quantitativas, qualitativas e estruturais, que acarretam impactos positivos na economia e nas condições de vida da população.

Ainda nesse sentido, North (1981, 1989) explana que o desempenho econômico de qualquer sociedade é definido através do tipo de regime político no qual dita sociedade está inserida. Dessa forma, as condições de crescimento econômico – ou não – serão estabelecidas de acordo com o tipo de governo que vai estar presente e atuando no momento. Na visão de North (1981, 1989), Estados que garantam o direito à propriedade aos seus cidadãos, serão capazes de trilhar caminhos que levem em direção a um crescimento econômico. Mais do que isso, Estados que consigam manejar as demandas realizadas pela população, escolhendo aquelas que, de fato, precisam ser atendidas e, conseqüentemente, deixando de atender outras, serão Estados que, uma vez mais, caminharão em direção ao crescimento econômico. Todavia, Estados preocupados em salvaguardar todas as liberdades e demandas da sociedade civil, como é o caso das democracias representativas modernas, podem acabar prejudicando o crescimento econômico, uma vez que será impossível atender as reivindicações de todos sem que o cenário econômico seja prejudicado.

A literatura acerca do tema é bastante vasta, com estudos afirmando que democracia e crescimento econômico caminham juntos e outros declarando que, ao contrário do que se pensa, um maior nível de democratização não impacta de maneira positiva sobre o crescimento da atividade econômica. Há estudos ainda que não identificaram qualquer relação causal entre estas duas variáveis. A tabela 1 apresenta alguns trabalhos que relacionam regimes políticos e crescimento econômico em países da América Latina.

Tabela 1 - Promoção de Crescimento					
Autores	Nº de países	Período	Variável dependente	Métrica	Promove crescimento
Przeworski (1966)	57 países	(1949-1963)	Desenvolvimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Autoritarismo
Adelman e Morris (1967)	74 países	(1950-1964)	Desenvolvimento Econômico	PIB <i>per capita</i>	Autoritarismo
Dick (1974)	59 países	(1959-1968)	Desenvolvimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Democracia
Huntington e Dominguez (1975)	35 países	(Década de 1950)	Desenvolvimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB	Autoritarismo
Marsh (1979)	98 países	(1955-1970)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Autoritarismo
Weede (1983)	124 países	(1960-1974)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> e Taxa de crescimento do PIB	Autoritarismo
Kormendi e Meguire (1985)	47 países	(1950-1977)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Democracia
Kohli (1986)	10 países ²	(1960-1979)	Desenvolvimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB	Autoritarismo
Landau (1986)	65 países	(1960-1980)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Autoritarismo
Marsh (1988)	47 países	(1965-1984)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Indiferente
Pourgerami (1988)	92 países	(1965-1984)	Crescimento econômico	Taxa de crescimento do PIB	Democracia
Scully (1988, 1992)	115 países	(1960-1980)	Desenvolvimento econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Democracia
Barro (1989)	72 países	(1960-1985)	Crescimento Econômico	PIB <i>per capita</i>	Democracia
Grier e Tullock (1989)	59 países ¹	(1961-1980)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB	Democracia
Remmer (1990)	11 países ³	(1982-1988)	Performance Econômica	Taxa de crescimento do PIB	Democracia
Pourgerami (1991)	106 países	(1986)	Desenvolvimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB	Democracia
Helliwell (1992)	90 países ⁴	(1960-1985)	Crescimento Econômico	PIB <i>per capita</i>	Autoritarismo
Tavares e Wacziarg (2001)	65 países	(1970-1994)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Autoritarismo
Rodrik e Wacziarg (2005)	154 países	(1950-2000)	Crescimento Econômico	PIB <i>per capita</i>	Democracia
Gerring et. al.(2005)	180 países	(1950-2000)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB	Autoritarismo
Persson e Tabellini (2008)	138 países	(1960-2000)	Crescimento Econômico	PIB <i>per capita</i>	Democracia
Bates, Fayad e Hoeffler (2012)	105 países	(1955-2007)	Performance Econômica	PIB <i>per capita</i>	Democracia
Papaioannou e Siourounis (2008)	166 países	(1960-2003)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	Democracia
Acemoglu et. al. (2015)	175 países	(1960-2010)	Crescimento Econômico	PIB <i>per capita</i>	Democracia
Teorell (2010)	165 países	(1972-2006)	Crescimento Econômico	Taxa de crescimento do PIB	Autoritarismo

¹ Democracias crescem mais na América Latina e África, nenhuma diferença na Ásia.

² Indiferente na década de 1960 e autoritários crescendo mais na década de 1970.

³ Resultados estatisticamente insignificantes.

⁴ Democracia impacta negativamente sobre o crescimento econômico, mas resultados são estatisticamente insignificantes.

Fonte: Fittipaldi, Gama Neto, Araújo, Costa. 2017: p. 120, Tabela 1.

De acordo com os dados apresentados na tabela 1, elaborada por Fittipaldi, Gama Neto, Araújo e Costa (2017), pode-se verificar que um total de 13 autores, entre eles Dick (1974), Kormendi e Meguire (1985) e Pourgerami (1988), constataram que regimes políticos democráticos são responsáveis por promover maiores taxas de crescimento econômico nos países selecionados. Por outro lado, os dados também demonstraram que 11 pesquisadores, entre eles Przeworski (1966), Adelman e Morris (1967) e Landau (1986), observaram que, regimes autoritários motivam um maior crescimento econômico nos países analisados. As pesquisas de Marsh (1988), por sua vez, comprovaram que o crescimento econômico se mostra indiferente quando os modelos políticos – democracia e autoritarismo - são comparados. Ademais, de acordo com as pesquisas analisadas, atestou-se que no intervalo entre as décadas de 1950-1960, pode-se observar que, maiores níveis de crescimento econômico foram constatados em regimes democráticos, sendo verificado por 11 pesquisadores. Nesse intervalo de décadas – 1950-1960 – 9 autores constataram que regimes autoritários promoveram um maior crescimento econômico. Já nas décadas de 1970-1980, percebeu-se que dois autores detectaram um maior crescimento econômico em regimes autoritários e, outros dois autores defenderam um maior crescimento econômico em democracias. Dessa forma, a tabela 1 ilustra de maneira bastante clara a falta de consenso relacionada a crescimento econômico x regime político que ainda se mantém presente na literatura.

Ainda partindo do pressuposto da falta de consenso na literatura, pode-se citar os estudos de Acemoglu et. al. (2015), que constatou fatores de causalidade envolvendo democracia e crescimento econômico. Segundo Acemoglu et. al. (2015), a democracia seria responsável por conduzir um extenso compartilhamento de poder entre os demais grupos que compõem a sociedade, tal situação conduziria a formulação de benefícios sociais o que levaria, por conseguinte, a uma maior expansão da atividade econômica.

Mais do que isso, é possível perceber também que, em alguns casos, observa-se um singelo crescimento econômico em alguns países democráticos, como destacaram as pesquisas empíricas de Przeworski e Limongi (1993) e Gerring et. al. (2005). Por outro lado, estudos realizados nas décadas de 1960-1970, como é o caso da pesquisa conduzida por Przeworski (1966), constataram que, após o término da Segunda Guerra Mundial, as ditaduras que possuíam taxas de desenvolvimento razoável, cresceram de maneira mais significativa do que os regimes democráticos

da época. A literatura da década de 1950 até 1970 comprova que países menos democráticos, ou seja, aqueles que estavam sob o guarda-chuva autocrático, apresentaram maiores níveis de crescimento econômico do que os Estados democráticos.

Contudo, é importante salientar que os estudos empíricos a respeito da temática não encontraram consenso acerca dos efeitos do regime democrático sobre o crescimento econômico. Na visão de Lipset (1959), por exemplo, a variável democrática depende diretamente do avanço das estruturas econômicas, uma vez que foram estas que possibilitaram a solidificação do regime democrático, evitando conflitos entre as diversas classes sociais. Em contrapartida, Schumpeter (1961), Huntington (1968) e Lindblom (1977) argumentam que a relação entre democracia e crescimento econômico é, no mínimo, controversa. Mais do que isso, Huntington (1968) destaca que a redução de lucros, investimentos – processos esses que desaceleram o crescimento econômico – são provocadas pelas demandas realizadas pela sociedade ao Estado. Dessa forma, o Estado ao atender o que está sendo requisitado pela população, acaba por postergar ou, até mesmo, retardar a sua própria expansão econômica.

Ainda nesse entendimento, Acemoglu (2003) alega que, não apenas os regimes democráticos, como também os oligárquicos, são responsáveis por diminuir a capacidade de crescimento econômico do Estado. Para o autor, as oligarquias, ao privilegiarem alguns grupos em detrimento de outros, acabam criando barreiras à entrada de grupos concorrentes, fazendo, assim, com que a distribuição dos recursos públicos não ocorra. Seguindo esse pensamento e agora analisando o caso dos regimes democráticos, Acemoglu (2003) explana que, as democracias fornecem direitos iguais a todos, não barrando a entrada de nada, possibilitando, assim, a redistribuição e a equalização desses recursos. A princípio, nos regimes oligárquicos, o crescimento se dá em um período inicial. Posteriormente, devido as barreiras que são colocadas pelo governo, esse crescimento tende a diminuir, já que não existe uma concorrência direta aos grupos privilegiados pelo regime político.

O impacto que as democracias efetuam no sistema econômico, influenciando ou não o seu crescimento, acabou criando uma dicotomia analítica sobre o tema em questão. Seguindo esse ponto de vista, Benabou (1996) e Lizzeri e Perisco (2004), *e.g.*, defendem que o governo, quando promove políticas de distribuição de bens públicos, acaba por estimular a economia. Uma dessas políticas de distribuição de

bens públicos pode ser, por exemplo, o incentivo à educação, como foi o caso da Coreia do Sul na década de 1950, logo após o encerramento da guerra das Coreias (KISSINGER, 2014). O caso sul-coreano é interessante uma vez que o país elevou o seu patamar, saindo da condição de pobreza extrema para uma das economias mais desenvolvidas no sistema internacional (CALVOCORESSI, 2011).

Destacando o caráter dicotômico da análise, pode-se citar Alesina e Rodrik (1994) e Persson e Tabellini (1994). Para esses autores, a redistribuição de bens públicos garante poderes ao eleitor mediano que, começa a demandar cada vez mais do Estado. O Estado, por sua vez, para atender essas demandas, acaba reduzindo investimentos, provocando uma redução do crescimento econômico. Toda essa situação culmina em uma maior ineficiência econômica do Estado.

Seguindo por outra linha, alguns autores – Acemoglu e Robson (2012) – sustentam que a implementação de regimes democráticos é mais provável de ocorrer em Estados com altos níveis de desigualdade social. De acordo com esses autores, as democracias seriam responsáveis por reduzir as desigualdades econômicas da sociedade, em um período de longo prazo. Dessa forma, o regime democrático configuraria como um instrumento ativo para a resolução de conflitos sociais. O regime autoritário, por outro lado, ao favorecer oligarquias ou, até mesmo, pelos níveis de corrupção do governo, acabariam por gerar uma perda na eficácia econômica. Uma das vantagens do regime democrático é a possibilidade que este dá a sociedade civil de avaliar se as medidas adotadas pelo governo foram boas ou não. Wittman (1999) defende que tal possibilidade se configura como uma grande regalia das democracias.

Para além disso, alguns autores⁶ observaram que em regimes democráticos, a ideologia dos partidos políticos influenciava de maneira direta no crescimento econômico. “A ideologia partidária é entendida enquanto importante instituição que influenciará o cálculo estratégico do governo durante o processo de *policy making*.” (COSTA, 2016, p. 35). A análise do gasto social de 22 países latino-americanos realizada (COSTA, 2016), demonstra que partidos políticos voltados para a esquerda tendem a aumentar os gastos em saúde e educação. Partidos políticos de direita, por sua vez, tendem a ampliar os gastos em seguridade social. Nesse aspecto, entende-se que, no caso da América Latina, regimes democráticos *per si* não garantem

⁶ HUBER et. al. (2004), Gaviria (2007), Debs e Helmke (2010).

maiores níveis de crescimento econômico e consequente redução das desigualdades. O que se percebe é que a ideologia partidária, assim como a escolha dos gastos dos partidos políticos, importa, uma vez que ambas influenciam diretamente na redução ou aumento da desigualdade.

No caso dos países da OCDE, Chang e Lee (2011) em um estudo sobre as relações da ideologia partidária com o crescimento econômico em 18 países da OCDE nos anos de 1990-2006, demonstraram que a ideologia do partido político impacta de forma direta no nível de crescimento econômico daqueles países. Nesse caso, partidos políticos mais voltados para a direita foram responsáveis por influenciar de maneira positiva o crescimento econômico dos países, mensurado através do aumento do valor per capita do PIB. Assim, de acordo com Chang e Lee (2011), a variável ideologia partidária se mostrou positiva e fortemente significativa para os países da OCDE que foram analisados.

Por outro lado, Potrafke (2010) ao analisar 21 países da OCDE no período de 1951-2006, constatou que a ideologia governamental não influenciava de maneira direta no crescimento econômico de curto prazo. No entanto, ao analisar países com sistemas bipartidários (Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá), Potrafke (2010) observou que o PIB anual se apresentou com níveis mais elevados em anos que antecediam o processo eleitoral e nos primeiros dois anos de um período legislativo comandado por um governo de esquerda. Para além do mais, as análises de Potrafke (2010) destacaram que o crescimento anual do PIB apresentou níveis mais elevados nos governos de direita nos anos 1950 e, um pouco mais elevado sob os governos de esquerda no intervalo de tempo de 1991-2006.

A Rússia por sua vez, apresenta um modelo partidário peculiar, com diferenças nas representações e ideologias quando comparados aos países da OCDE ou da América Latina, por exemplo. De acordo com Gerber (2000), o monopartidarismo russo só teve a sua extinção na década de 1990, logo após a desintegração da antiga URSS. Dessa forma, a partir da década de 1990, a Rússia passou por algumas fases de construção dos partidos políticos, assim como a reformulação da Duma – Parlamento que foi criado no período Czarista. Segundo Segrillo (2005), como os partidos políticos foram sendo constituídos no decorrer da década de 1990, não se pode afirmar que as suas ideologias interferiram de alguma maneira no crescimento econômico do país, uma vez que a Rússia ainda tentava se recuperar do fracasso das reformas da Perestroika e da Glasnost. Conforme explica

Corrêa (2013), a década de 1990 russa foi marcada por um rápido aumento da inflação, atingindo a marca de 900%, uma rápida queda da produção, aumento do crime organizado em conjunto com casos de corrupção, o que acabou por gerar uma crise político-econômica no país. Tudo isso ocasionado pela rápida abertura de mercado e por uma transição abrupta para um cenário que se encaixava mais nos moldes da democracia ocidental. De acordo com Corrêa (2013), esperava-se que, as mudanças aplicadas na Rússia a transformariam em um Estado mais fortalecido, com níveis econômicos satisfatórios, para além de um rápido avanço no seu desenvolvimento tecnológico e de produção. No entanto, o resultado se mostrou desastroso, fazendo com que o índice inflacionário russo deixasse a marca dos três dígitos apenas no ano de 1996, atingindo o patamar de 47,7%⁷.

Dentro desse cenário, a partir de 1992-1993 pode-se começar a observar uma formação triangular dos partidos russos, com democratas, oposição esquerda-direita e centristas (Segrillo, 2005). A partir de 1995-1999 notou-se um fortalecimento da esquerda no país. Já a partir dos anos 2000, com a entrada de Putin, verificou-se uma mudança na Duma – agora mais voltada a direita - e um fortalecimento da presidência juntamente com os centristas.

A situação econômica russa continuou deplorável com o passar dos anos, uma vez que o governo continuava a aplicar políticas de cunho neoliberal para tentar melhorar o seu cenário econômico. Segundo Corrêa (2013), as políticas neoliberais em conjunto com a má administração interna fizeram com que a Rússia adentrasse em uma depressão que durou 7 anos, juntamente com a crise financeira de 1998. A partir do ano de 1999, de acordo com dados do Banco Mundial, o PIB russo começa a apresentar melhoras, com um crescimento de 6,4%. Tal situação, conforme Corrêa (2013) aponta, ocorreu graças a desvalorização do rublo na crise de 1998 e com o processo forçado de substituição de importação.

Em 2000, com a entrada de Putin, mudanças começaram a ser efetuadas, o governo agora retomava a participação do Estado na economia, regulando o seu funcionamento. Implementou-se, também, uma política econômica mais nacionalista, com um Estado forte e centralizado. A aposta no setor energético do Estado foi uma das grandes estratégias de Putin para fazer com que os níveis de crescimento econômico do país comessem a aumentar. Entretanto, é importante

⁷ Dados do Banco Mundial

destacar que, nesse período, o ambiente democrático ainda estava em transição na Rússia. De fato, a democracia liberal nos moldes do ocidente não fazia parte – e não iria fazer parte por um longo período – do ambiente governado por Putin. No decorrer dos anos, observou-se uma melhora significativa da economia russa, com o crescimento do PIB de 7,3% de acordo com dados do Banco Mundial, no entanto, o país não se mostrava mais democrático, como era de se esperar.

Retomando, agora, com o caso dos países latino-americanos, no decorrer do tempo, observou-se alternâncias nos sistemas políticos da região. Alternâncias essas que variam entre regimes com distribuição de poder reduzida ou não. Os exemplos chileno e brasileiro merecem destaque uma vez que essas economias apresentaram um crescimento econômico notável no período em que passaram por governos militares. No caso do Brasil, os governos de Costa e Silva (1967-1969) e Ernesto Geisel (1974-1979) presenciaram o “milagre econômico” (OLIVEIRA, 2005). O Chile, por sua vez, experimentou políticas de caráter neoliberais, implementadas no governo de Pinochet (1973-1981), que foram responsáveis por impulsionar o crescimento econômico do país (MAGNILI; BARBOSA, 2013). No entanto, é sempre importante destacar que a relação entre democracia e crescimento econômico tem se mostrado variante nas pesquisas dos autores citados na presente dissertação.

Sloan e Tedin (1987), ao examinarem 20 países da América Latina, no período de 1960-1979, observaram que os governos ditatoriais foram responsáveis pelo *boom* econômico em alguns Estados da região. Por outro lado, Grier e Tullock (1989), ao analisar 59 países nos demais continentes do mundo no período de 1961-1980, constataram que as democracias apresentaram maiores índices de crescimento econômico do que os países não democráticos. Contrastando com o que Sloan e Tedin (1987) haviam averiguado em relação aos países latino-americanos no mesmo recorte temporal. Dessa forma, levando em consideração todas as adversidades que as economias latino-americanas passaram no decorrer dos anos, se faz pertinente questionar se, de fato, regime democrático e crescimento econômico caminham lado a lado.

Por outro lado, ao comparar a relação entre crescimento econômico e regime político em alguns países desenvolvidos, os resultados se mostraram diferentes. Nesse caso, a literatura demonstra que o fator determinante para o crescimento econômico é o nível de estabilidade dos governos. Por exemplo, utilizando-se de 113 países, alguns deles membros da OCDE, em um recorte temporal de 1950-1982,

Alesina *et. al* (1992), em seu artigo intitulado de *Political Instability and Economic Growth*, destaca que o fator decisório para o crescimento econômico dos países analisados seria o nível de estabilidade política que eles possuíam. Dessa forma, em sua análise, Alesina *et. al* (1992) apresenta o crescimento econômico como variável dependente, utilizando-se da taxa do crescimento do PIB per capita como *proxy* possível para mensuração. Já em relação as variáveis independentes, Alesina *et. al.* (1992) adota a instabilidade política, que é mensurada por rupturas governamentais, sendo elas constitucionais ou não, o nível de corrupção presente nos governos, nível de desemprego, assim como o tipo de regime político.

Desse modo, o principal resultado da análise realizada é que, países com uma alta probabilidade de colapso de governo, o crescimento econômico apresenta-se significativamente menor do que quando comparado a períodos com maiores níveis de estabilidade governamental. Tal resultado é visto nos estudos realizados por Fittipaldi, Gama Neto, Araújo, Costa (2017), quando analisam países latino-americanos. Para além do mais, o baixo crescimento econômico presente nos países não é responsável por aumentar ou, até mesmo, incentivar as mudanças governamentais ocorridas dentro desse período. Ademais, ao comparar democracias com autocracias, não foram encontradas diferenças significativas entre os níveis de crescimento econômico nesses dois regimes políticos, fazendo com que, o tipo de regime político seja indiferente nesse caso. Por fim, constatou-se que a instabilidade política tende a ser um fenômeno persistente, uma vez que, rupturas institucionais frequentes acabam por aumentar a probabilidade de futuros e novos colapsos.

Partindo desse mesmo pressuposto, Aisen e Veiga (2011), no artigo “*How does political instability affect economic growth*”, ao analisarem 169 países, dentre eles, membros da OCDE, nos anos de 1960-2004 constataram que a instabilidade política reduz o nível de crescimento do PIB significativamente. Campos e Nugent (2001) por sua vez, no artigo “*Who is afraid of political instability?*”, analisaram 98 países em desenvolvimento no período de 35 anos (1960-1995), apresentando, assim como a literatura anterior, o crescimento econômico como a variável dependente e a instabilidade política enquanto variável independente. No entanto, contrastando com os estudos apresentados anteriormente, as análises de Campos e Nugent (2001) não encontraram evidências de uma relação causal e negativa – a longo prazo – entre instabilidade política e crescimento econômico. No entanto, ao realizarem as análises de maneira separada, ou seja, por grupos de países, os autores encontraram

uma relação negativa entre instabilidade política e crescimento econômico apenas para a amostra da África Subsaariana. Com isso, os autores argumentam que a hipótese de que maiores níveis de instabilidade política seriam responsáveis por menores níveis de crescimento econômico não se sustenta, uma vez que a relação negativa e causal parece estar em grande parte confinada à amostra da África Subsaariana, a única que o coeficiente se apresenta estatisticamente significativo.

Por fim, Kaplan e Akçoraoglu (2017), buscaram evidências entre crescimento econômico e instabilidade política nos países da OCDE nos anos de 1984-2012. Para tal, os autores utilizaram as seguintes variáveis: crescimento econômico, como variável dependente e, instabilidade política, corrupção, conflitos externos e internos, tensões étnicas e religiosas, *accountability* democrática e qualidade burocrática, como variáveis independentes. Com isso, os resultados empíricos encontrados sugerem que a instabilidade política tem um efeito negativo sobre o crescimento econômico e que, por isso, os governos deveriam tomar medidas corretivas para garantir a estabilidade política nesses países.

No caso da Rússia, o país apresenta um crescimento econômico mais satisfatório a partir do momento em que a transição para o governo Putin (2000-2004) começa a ser instaurada no Estado. O final do segundo mandato de Iéltsin (1996-1999) e o primeiro mandato interino de Vladimir Putin (2000-2004) marcam bem esse processo (ROSS, 2000). A partir da eleição de Putin (2000-2004) o país começou a sua recuperação de um desmantelamento do antigo bloco soviético (EVANS, 2009). Desde então, a popularidade de Putin tem chegado a níveis impressionantes entre o povo russo. O ambiente peculiar da Rússia abre espaço para questionar o nível democrático do regime, uma vez que, segundo Evans (2009), a transição democrática russa, com o passar dos anos, tem-se mostrado não tão completa assim. As evidências mostram que o processo eleitoral realizado na Rússia tem pouca – ou nenhuma – concorrência, o que nos leva a questionar se, de fato, o que o país vivencia é um regime democrático. Por outro lado, desde a entrada de Putin na presidência, as reformas realizadas mostram que o cenário econômico do país apresenta taxas de crescimento elevadas. (EVANS, 2009). O que, mais uma vez, abre espaço para questionar se regimes democráticos levam a um maior crescimento econômico ou não.

1.4 Globalização

No que diz respeito a como a globalização afeta os países, a mesma falta de consenso pode ser observada entre os autores. Assim, para efeitos práticos, a globalização econômica pode ser entendida aqui como a abertura comercial dos países. Dessa forma, a dicotomia abertura comercial x crescimento econômico endógeno ganhou a devida atenção dos autores na década de 1980, fazendo com que a literatura a respeito do tema apresentasse o seguinte questionamento: a ampliação do tamanho do mercado, ou seja, a abertura comercial, favorecida, em sua grande maioria, pelo cenário de globalização que o mundo estava adentrando, se mostrou – ou se mostraria, positiva para os demais Estados? Mais do que isso, a abertura comercial, impulsionada pelos fluxos da globalização, aceleraria ou retardaria o crescimento econômico dos Estados que optaram por se abrir para o comércio internacional? (NOGUEIRA e FERREIRA, 2017).

O *boom* neoliberal da década de 1970, o esgotamento das fronteiras comerciais entre os países, a tentativa da construção de um mundo integrado economicamente, durante muito tempo, foi vista com entusiasmo. No entanto, com o decorrer dos anos, pôde-se, de fato, observar uma melhora na economia interna dos países que adentraram nesse cenário, até então, incerto?

De acordo com Harrison (apud Nogueira e Ferreira, 2017), uma maior abertura comercial acabaria por afetar a política econômica no longo prazo. Mais do que isso, o autor argumenta que a abertura comercial afetaria positivamente o avanço tecnológico do país, uma vez que o aumento das importações possibilitaria o acesso a novas tecnologias, antes não existentes no mercado nacional. Dessa forma, na visão do autor, entende-se que a abertura comercial corrobora para um maior crescimento econômico dos Estados. Por outro lado, conforme argumenta Schumpeter (idem, p. 532), a abertura comercial carrega consigo um aumento da competição, que pode desencorajar a inovação ao diminuir os lucros esperados.

A literatura aponta ainda os seguintes benefícios da abertura comercial para o crescimento econômico: *spillovers* tecnológicos; transmissão internacional de conhecimento; maior facilidade na obtenção de eficiência alocativa; especialização na produção de acordo com as vantagens comparativas; ganhos de eficiência em virtude da maior escala dos mercados; e incentivo à adoção de política disciplinada de gestão

macroeconômica. Por outro lado, [...] na presença de imperfeições institucionais e de mercado, a abertura comercial pode contribuir para uma subutilização de recursos humanos e de capital, concentração em atividades econômicas extrativas ou especialização em setores de baixa tecnologia. Dessa forma, a abertura influenciaria negativamente a formação bruta de capital e o crescimento econômico. (WACZIARG, 2001; KIM, LIN, SUEN, 2013; NOGUEIRA, FERREIRA, 2017).

Por outro lado, é pertinente destacar que a abertura comercial *per se* não garante que o crescimento econômico vá trazer benefícios diretos para o Estado em questão. Em alguns casos, reformas internas são necessárias para que a promoção do crescimento seja contemplada em outras áreas como uma melhoria na qualidade do capital humano, por exemplo. (MAGALHÃES, BRANCO, CAVALCANTI, 2007).

O tipo de regime político também afeta de forma direta em como um Estado se comportará em relação a adoção de políticas voltadas para a globalização econômica, ou seja, para a abertura de mercado. No caso dos países da OCDE, por exemplo, a globalização econômica estimula investimentos em capital humano com o objetivo de salvaguardar a sociedade civil dos prejuízos ocasionados pela exposição ao mercado internacional. Tal manobra, no entanto, não é vista nos países da América Latina e, tampouco na Rússia. Ao contrário do que ocorre na OCDE, os países latino-americanos e a Rússia encontram-se expostos a política de mercado implantada através da globalização econômica. (GARRET, 1998).

Por isso, cabe salientar que a abertura de mercado realizada nos países em desenvolvimento se difere, em muito, da forma como essa mesma abertura é feita em países desenvolvidos. Nesse sentido, é oportuno averiguar se “[...] os países menos desenvolvidos devem focar nas atividades em que possuem vantagens comparativas ou devem proteger indústrias-chave para o crescimento.” (LEE apud, NOGUEIRA e FERREIRA, 2017), uma vez que a abertura pode-se mostrar não vantajosa para economias não tão fortificadas.

Ainda nesse sentido, Delant e Rumfort (2007) afirmam que o termo globalização pode ser entendido como o processo de organização multidimensional do tempo e do espaço que ocorre de maneira rápida e interligada através das fronteiras nacionais. Tal definição se encaixa no conceito de globalização política. Dessa forma, compreende-se que a globalização política abrange todos os processos pós e transnacionais, movimentação essa que ganhou mais força com o passar dos anos. Conforme Delant e Rumfort (2007) argumentam, o debate acerca da

globalização política vem ganhando força na literatura que versa sobre o tema, com pesquisadores pontuando a decadência do formato Estado-nação conhecido desde a Paz de Vestefália (1648), devido ao enfraquecimento das fronteiras nacionais juntamente com a solidificação de movimentos e forças globais e, por outro lado, pesquisadores que enxergam com entusiasmo o desenvolvimento de redes e fluxos transnacionais que operam para além do limite transfronteiriço estatal.

Prosseguindo, Delant e Rumfort (2007) explanam, ainda, que alguns autores acreditam que o processo de globalização política acaba por impulsionar possibilidades emancipatórias, enquanto outros, por sua vez, afirmam que a globalização política levaria os Estados para um caminho de perda de autonomia em conjunto com a fragmentação do modelo estatal que se conhece atualmente. No entanto, Delant e Rumfort (2007) defendem que a globalização política pode ser entendida como uma tensão entre três processos que interagem entre si e que movimentam o cenário internacional, sendo eles: geopolítica global, cultura normativa global e redes policêntricas. (DELANT; RUMFORT, 2007).

No que diz respeito a globalização política, os autores argumentam que uma das suas formas mais difundidas é feita através da disseminação global do modelo democrático de regime político baseado em ideais do ocidente. Desde o fim da guerra fria, com a desintegração da URSS, a democracia tem sido espalhada como formato ideal para todos os Estados do globo. A democracia “assume formas tradicionais, além de constituir um novo tipo de geopolítica global [se tornando] a forma de governo universalmente aceitável.” (DELANT; RUMFORT, 2007, p. 414). Assim, a globalização política não enfraquece o Estado-nação democrático, mas lhe confere um patamar de única alternativa possível em um mundo integrado.

O caso da implementação da democracia como único modelo viável é visto de maneira muito clara com os movimentos da terceira onda de redemocratização destacados por Huntington (1994). A implementação da democracia na América Latina foi realizada através de transições um tanto quanto conturbadas. Na Rússia, por sua vez, ainda não se pode afirmar com clareza que o Estado se adequa ao que se espera de um regime democrático moderno. Os países da OCDE, por sua vez, seguem a cartilha democrática e se encaixam perfeitamente no que Delant e Rumfort (2007) chamam de globalização política. Entretanto, cabe questionar se, assim como a globalização econômica, se a globalização política de fato traz benefícios para os países que ainda se encontram em vias de desenvolvimento. É pertinente pensar em

um esgotamento das fronteiras em Estados que se tornaram democracias a poucas décadas? Ainda nesse sentido, a abertura comercial juntamente com uma abertura política acabaria por impulsionar o crescimento econômico desses países? Não se sabe ao certo até que ponto esses movimentos são benéficos para regiões latino-americanas ou, até mesmo, russas. Por isso, mais uma vez, que os questionamentos se fazem pertinentes e carecem de uma investigação mais aprofundada. Dessa forma, a partir dos autores citados, percebe-se, de forma bastante clara, que ainda existem divergências na associação entre as variáveis – democracia, crescimento econômico e globalização, não existindo um consenso na literatura acerca da relação entre elas. Assim, para uma melhor compreensão do leitor, a tabela 2 apresenta uma lista com os principais conceitos e definições que foram adotados na presente dissertação.

O capítulo que se sucede trata sobre os procedimentos metodológicos da dissertação, com apresentação e descrição das variáveis e suas fontes e, das duas hipóteses que fomentam o trabalho. Para além do mais, não apenas explica-se sobre a construção do banco de dados, como também sobre a escolha do modelo de estimação que foi aplicado para a realização das análises necessárias.

Tabela 2: Lista de conceitos

Conceito	Definição	Autores
Democracia	Como forma de governo, foi definida em termos de fontes de autoridade do governo, com propósito do governo e procedimentos para a construção do governo.	Huntington (1994)
	Sistema institucional para a tomada de decisões políticas no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.	Schumpeter (1961)
	Conjunto de regras e princípios responsável por determinar como as decisões serão tomadas.	Dahl (1971)
Crescimento Econômico	Processo de aumento do tamanho das economias nacionais, dos indicadores macroeconômicos (PIB, PNB, RN).	Haller (2012)
	Processo de mudanças quantitativas, qualitativas e estruturais, que acarretam impactos positivos na economia e nas condições de vida da população.	Balcerowicz (2001)
Globalização Econômica	Abertura comercial, ampliação do tamanho do mercado.	Nogueira; Ferreira (2017)
Globalização Política	Processo de organização multidimensional do tempo e do espaço que ocorre de maneira rápida e interligada através das fronteiras nacionais.	Delant; Rumfort (2007)

Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação possui como objetivo principal analisar a relação entre crescimento econômico, regime político e globalização dentro do recorte temporal de 23 anos, contemplando o período de 1990-2013. Assim, com o intuito de averiguar uma possível relação entre as variáveis citadas, foram selecionados 55 países, a saber: Argentina, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Colômbia, Dinamarca, Eslováquia, Estados Unidos, El Salvador, Equador, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Grécia, Holanda, Honduras, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Noruega, Paraguai, Panamá, Polônia, Portugal, Peru, Reino Unido, República Dominicana, República Checa, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A escolha desses países se deu pela relevância dos mesmos no cenário internacional, assim como pela disponibilidade de informações referentes ao recorte temporal que foi analisado. A pesquisa adotou uma estratégia empírica de natureza quantitativa, buscando a estimação de níveis de causalidade entre as variáveis independentes (interesse e controle) e a variável dependente.

Optou-se pelo período de 1990-2013, uma vez que tal afunilamento permitiu averiguar tanto a onda de redemocratização no mundo (Huntington, 1994), quanto o desmantelamento da antiga URSS e o comportamento dos países da OCDE enquanto democracias mais fortificadas. Nesse sentido, considerando que as variáveis econômicas mantêm relação com sua trajetória prévia, ou seja, apresentam-se em uma série temporal estacionária, optou-se que o banco de dados para esta dissertação fosse constituído em formato de painel balanceado, contando com vários indivíduos

em um curto período de tempo. Dessa forma, de acordo com a literatura⁸, um painel é considerado balanceado quando cada unidade de corte transversal possui a mesma quantidade de observações. Ainda nesse entendimento, quando o número de indivíduos do corte transversal (N) se apresenta maior do que o intervalo de tempo que será analisado (T), esse painel é considerado curto. Assim, o banco de dados da dissertação foi feito no formato de painel balanceado curto, contemplando 1265 observações, com N=55 e T=23. Com isso, as variáveis adotadas para a realização das análises foram coletadas através de dados secundários já existentes em organismos multilaterais e repositórios internacionais.⁹ As principais fontes para as variáveis utilizadas foram as seguintes: Fundo Monetário Internacional (FMI) e *Quality of Government Institute* (QOG). Assim, os dados foram coletados entre os períodos de maio de 2020 e abril de 2021.

Para além do mais, buscou-se verificar se a ampliação das regras democráticas, com maior inclusão de direitos políticos, produziu efeito positivo sobre a taxa de crescimento econômico e se o maior grau de internacionalização das economias e das políticas, e conseqüentemente o maior nível de globalização dos países selecionados, impactou de forma positiva a taxa de crescimento econômico nos países selecionados.

2.1 Hipóteses

Algumas hipóteses foram formuladas a partir da análise das variáveis democracia, crescimento econômico e globalização, sendo elas:

H₁: Um maior nível de democratização, é responsável por gerar um maior crescimento econômico na totalidade dos países analisados.

H_{1a}: Para os países da OCDE o maior nível de democratização impacta positivamente sobre o crescimento econômico.

⁸ GUJARATI, 2006.

⁹ A exemplo do QOG, FMI, CEPAL, Banco Mundial, Pen World Table.

H_{1b}: Para a América Latina, espera-se que o nível de democratização não impacte o crescimento econômico, sendo este sensível à estabilidade institucional, corroborando os achados de Fittipaldi et al (2017).

H₂: Um maior nível de globalização econômica nos Estados escolhidos, afeta de forma positiva, o desenvolvimento econômico nos países outrora citados.

H_{2a}: O impacto da globalização política sobre o crescimento econômico é diverso entre a América Latina e OCDE, com maior impacto positivo nestes.

O estudo adotará uma estratégia empírica de natureza quantitativa, buscando a estimação de níveis de causalidade entre as variáveis independentes e a variável dependente. Nesse sentido, adotou-se a mesma estratégia empírica utilizada por Fittipaldi *et. al.* (2017). Assim, a relação causal foi feita através de uma análise de regressão. Além do mais, a pesquisa buscou a entender a inter-relação entre regime político, crescimento econômico e globalização. Dessa forma, levando-se em consideração que as variáveis econômicas mantêm relação com sua trajetória prévia, a estratégia metodológica mais adequada foi a adoção de um painel dinâmico. Assim, a estratégia empírica utilizada obedeceu ao perfil de distribuição de dados e natureza das informações que a compõem.

3.2 Descrição das variáveis utilizadas

1. *Variável dependente: crescimento econômico*¹⁰. Para essa dissertação, optou-se pela variação percentual do PIB como *proxy* possível para trabalhar com os 55 países ao longo do recorte temporal de 23 anos. Tal variável, adotada por Gerring *et. al.* (2005), foi fornecida pelo *World Economic Outlook Database* do Fundo Monetário Internacional (FMI).

¹⁰ Entende-se que na literatura existem outras formas utilizadas para mensurar o crescimento econômico de uma determinada região, como o Índice de Progresso Social (IPS) ou, até mesmo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

2. Variáveis Independentes de Interesse:

a) *Regime Político*: optou-se pela utilização da amplitude democrática como *proxy* possível para mensurar os níveis democráticos dos regimes políticos selecionados, segundo Acemoglu et. al. (2015). Para tanto, optou-se pela combinação de indicadores de democracia do *Freedom House*, *Varieties of Democracy* e *Polity IV*. A partir de procedimentos de normalização, esses indicadores passaram a construir um único indicador do grau de aprofundamento democrático dos países. Essa categorização abarca a existência e extensão dos direitos civis e políticos dos cidadãos, com escala entre 0 e 10. Assim, zero representa a total ausência de democracia e 10 o maior nível de amplitude democrática. Os valores referentes a esta variável foram extraídos da base de dados do *Quality of Government Institute* (QOG).

b) *Estabilidade Institucional*: utilizou-se como *proxy* a durabilidade do regime político (ausência de rupturas institucionais), que consiste em uma contagem contínua do número de anos desde a última alteração no regime político do país. A cada mudança de regime a variável assume valor zero e a contagem é reiniciada.

c) *Globalização*: optou-se pela adoção de dois indicadores para mensurar os efeitos da globalização sobre o crescimento econômico, um de natureza econômica, e outro de natureza política, ambos com escala de 1 a 100.

C.1) *Globalização Econômica*: A globalização econômica (escala de 1 a 100), abrange tanto os fluxos comerciais quanto os financeiros. *De facto*, o comércio é determinado com referência a comercialização de bens e serviços. *De jure*, o comércio abrange os direitos aduaneiros, impostos e restrições comerciais.

C.2) *Globalização Política*: *De facto*, a globalização política (escala de 1 a 100) se refere à quantidade de embaixadas e organizações não governamentais internacionais (ONGs), juntamente com a participação em missões de paz da ONU. *De jure*, a globalização política diz respeito à adesão a organizações e tratados internacionais.

3. Variáveis Independentes de Controle:

a) *Capital humano*: seguindo Acs *et. al.* (2014), optou-se pelo *índice de capital humano* disponível no *Penn World Table*, com metodologia proposta em Barro e Lee (2012), que aborda anos de escolaridade para medição do capital humano, bem como em Psacharopoulos (1994), que contempla a taxa de retorno macroeconômico do investimento em educação. O termo quadrático dessa variável (capital humano) foi incluído nos modelos de regressão para controlar a depreciação sofrida pelo efeito da experiência sobre a remuneração da mão-de-obra.

b) *Dívida pública*: de acordo com Fittipaldi *et al* (2017), adotou-se a dívida bruta do governo como percentual do PIB como *proxy* para a capacidade de investimento do setor público. Se utilizou dados provenientes do Fundo Monetário Internacional (FMI).

c) *População*: adotou-se o tamanho da população em escala logarítmica como variável de controle.

Para fins metodológicos, as variáveis selecionadas com as suas relativas descrições são apresentadas na tabela 3. Para além do mais, nos organogramas 1 e 2, apresentam-se as relações de causalidade esperadas entre as variáveis selecionadas, sendo o organograma 1 referente aos países da OCDE e o organograma 2 aos países da América Latina.

Dessa forma, no organograma 1, referente aos países da OCDE, espera-se que as variáveis independentes impactem de forma positiva na variável dependente, representado pelo sinal de adição (+) localizado dentro das setas. Assim, supõem-se que a globalização política, a estabilidade institucional e o capital humano tenham influência positiva no crescimento econômico, *i.e.*, quanto maiores os valores dessas variáveis, maior será o crescimento econômico.

Já no caso da América Latina, as variáveis comportam-se de maneira diferente. Nesse sentido, espera-se que apenas que a globalização econômica juntamente com a estabilidade institucional e o peso relativo da dívida pública influencie de maneira positiva no crescimento econômico da região, representado

pelo sinal de adição (+) localizado próximo das setas. Em relação as outras variáveis independentes (globalização política, capital humano e amplitude democrática), não se considera que elas afetarão de maneira positiva no crescimento econômico, representadas pelo sinal negativo (-) próximo das setas.

Tabela 3: Lista de variáveis

Variável	Tipo	Parametrização	Fonte
Dependente			
Crescimento Econômico	Contínua	Taxa de variação percentual anual do PIB.	FMI
Independente			
Estabilidade institucional	Contínua	Contagem de anos desde a última ruptura institucional	QOG
Amplitude democrática	Contínua	Índice sintético a partir dos índices Freedom House e <i>Polity IV</i> , com escala de 0 a 10.	QOG
Globalização econômica	Contínua	Índice de globalização econômica com escala de 1 a 100.	QOG
Globalização política	Contínua	Índice de globalização política com escala de 1 a 100.	QOG
Controle			
Capital humano ²	Contínua	Índice proposto por Barro e Lee (2012) e Psacharopoulos (1994), que aborda anos de escolaridade e taxa de retorno macroeconômico do investimento em educação.	QOG
Peso relativo da dívida pública	Contínua	Participação percentual da dívida pública no PIB.	FMI
(ln)População	Contínua	Logaritmo natural da população.	FMI

Fonte: Elaboração da autora.

Organograma 1: Relações causais variáveis – OCDE



Organograma 2: Relações causais variáveis – América Latina



Como mencionado anteriormente, o banco de dados para essa dissertação foi montado em formato de painel balanceado curto, uma vez que tal configuração permite que a mesma unidade de corte transversal seja acompanhada ao decorrer do tempo. Para além do mais, os dados em painel se mostram mais adequados para analisar a dinâmica das mudanças nas variáveis, medir e detectar melhor os efeitos que não seriam observados em um corte transversal puro ou uma série temporal pura e, ainda, oferecem dados mais informativos, maior variabilidade, menos colinearidade entre as variáveis independentes, maiores graus de liberdade e, sobretudo, maior eficiência. (GUJARATI, 2006).

Assim, como a taxa de crescimento percentual anual do PIB é calculada a partir da diferença do valor atual do PIB e o seu valor do ano anterior, entende-se que a variável dependente adotada apresenta um coeficiente autorregressivo. Um coeficiente autorregressivo baseia-se na combinação linear das observações passadas. Mais do que isso, pode-se afirmar que, se o modelo incluir valores defasados da variável dependente entre as variáveis independentes, ele é considerado autorregressivo, que é justamente o que se constata quando se leva em consideração a variação percentual do PIB, uma vez que o mesmo é retratado através da sua trajetória no tempo em relação aos seus valores passados. Valores defasados ocorrem quando o y (variável dependente) responde a x (variável independente) com um intervalo de tempo. (GUJARATI, 2006).

Modelos autorregressivos podem ser matematicamente representados da seguinte maneira:

$$y_t = \alpha + \beta_{xt} + \lambda y_{t-1} + \varepsilon$$

No qual λy_{t-1} é o valor defasado em relação a y_t e ε o termo de erro.

As variáveis explicativas, por sua vez, estão na dependência dos valores do termo de erro, ou seja, elas estão correlacionadas com o termo de erro. Por esse motivo, são consideradas como não estritamente exógenas. Dessa forma, a análise realizada para a presente dissertação contou com uma quantidade elevada de dados distribuídos dentro do mesmo intervalo de tempo, sendo, desse modo, classificada como multivariada. Para além do mais, destaca-se que a variável dependente (crescimento econômico) é afetada por mais de uma variável independente, fazendo com que a modelagem realizada tenha sido a de uma regressão linear múltipla.

Assim, matematicamente, tem-se que:

$$\gamma = \alpha + \beta_{x1} + \beta_{x2} + \beta_{x3} + \dots + \beta_{xw} + \varepsilon$$

No qual γ é a variável dependente; α a constante; β o coeficiente; ε o termo de erro; em uma série temporal contemplando w variáveis independentes e n observações.

A partir de tais informações, e com o intuito de testar as hipóteses que foram elencadas, realizou-se a escolha do método de estimação que melhor atendia as especificações descritas anteriormente. A opção pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) foi descartada uma vez que a série temporal apresenta autocorrelação, fazendo com que os estimadores do MQO se mostrem ineficientes. (GUJARATI, 2006). Dessa forma, optou-se pela utilização do Método dos Momentos Generalizados (GMM), usando estimadores Arellano e Bond (1991). O Método dos Momentos Generalizados configura-se enquanto técnica econométrica de estimação de parâmetros em uma regressão. De acordo com a literatura¹¹, a utilização do GMM é apropriada quando existe a probabilidade da existência de problemas de endogeneidade em alguma das variáveis independentes, ou seja, quando alguma variável independente encontra-se correlacionada com o termo de erro. Para além do mais, o GMM é recomendado em casos em que a quantidade de momentos é maior do que a quantidade de parâmetros que serão estimados.

Com isso, matematicamente, o modelo pode ser representado da seguinte forma:

$$\gamma_{it} = \alpha + \beta_{x_{it1}} + \beta_{x_{it2}} + \beta_{x_{it3}} + \dots + \beta_{x_{itw}} + \varepsilon$$

No qual, γ_{it} representa a variável dependente; α é a constante; β o coeficiente da regressão; ε o termo de erro; i contempla os 55 países que serão analisados, fazendo com que o seu valor vá de 1 a 55 e; t representa o intervalo de tempo considerado na dissertação, contemplando um total de 23 anos, indo de 1990-2013. Prosseguindo com os

¹¹ GUJARATI, 2006.

processos de análise e averiguação, o capítulo seguinte introduz os resultados encontrados a partir das informações que foram apresentadas.

Dessa forma, o próximo capítulo destina-se especialmente a execução de modelos de estimação a partir dos conjuntos de dados, procedendo para uma análise multivariada com a intenção de testar as hipóteses que foram introduzidas anteriormente e observar se os modelos mostram-se estatisticamente significantes ou não. Por fim, se contemplará uma discussão a respeito de quais foram os achados empíricos da dissertação, os seus respectivos desdobramentos e contribuições para com o objeto de estudo.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS EMPÍRICOS

O presente capítulo tem como finalidade examinar os resultados obtidos a partir da análise dos países selecionados dentro do recorte de tempo proposto. Para além do mais, os modelos estatísticos construídos serão apresentados e explanados. Ademais, as hipóteses que compõem o trabalho também serão testadas. Por fim, se introduzirá uma discussão a respeito dos resultados encontrados com as suas possíveis explicações e *raison d'être*.

Dessa forma, a estratégia empírica da presente dissertação foi construída baseando-se no perfil de distribuição de dados e a natureza das informações que a compõem. Com isso, a opção pela escolha de um painel dinâmico se deu pelo fato de as variáveis econômicas manterem relações com as suas trajetórias prévias. Para além do mais, optou-se pelo painel dinâmico uma vez que o banco de dados utilizado apresenta muitos indivíduos distribuídos por um curto intervalo de tempo. Assim, como a variável dependente apresenta coeficiente autorregressivo, as variáveis explicativas são não estritamente exógenas, possuem relação funcional linear, efeito fixo para indivíduos, e erros não cilíndricos, a escolha do método de estimação, recaiu sobre o Método dos Momentos Generalizados (GMM), já adotado por Fittipaldi *et. al.* (2017), empregando estimadores Arellano e Bond (1991). Portanto, optou-se pela execução de modelos de estimação a partir de três conjuntos de dados, sendo eles: 1) apenas países latino-americanos; 2) países que compõe a OCDE e 3) todos os países na sua totalidade, ou seja, América Latina, OCDE e Rússia. Tal opção permite comparar as estimações em diferentes realidades. Para além do mais, na formação dos modelos econométricos, se optou pela adoção o erro padrão robusto.

Dando continuidade, realizou-se uma análise multivariada com o intuito de testar as hipóteses que foram previamente explanadas. As hipóteses formuladas têm como finalidade procurar prováveis relações causais entre a variável dependente – crescimento econômico – e as variáveis independentes – regime político e globalização. Dessa forma, a primeira hipótese se subdivide em duas, assim, tem-se que: (h1) um maior nível de

democratização é responsável por gerar um maior crescimento econômico na totalidade dos países analisados; (h_{1a}) para os países da OCDE o maior nível de democratização impacta positivamente sobre o crescimento econômico e (h_{1b}) para a América Latina, espera-se que o nível de democratização não impacte o crescimento econômico, sendo este sensível à estabilidade institucional. A segunda hipótese, por sua vez, se subdivide em uma, dessa forma, tem-se que: (h₂) um maior nível de globalização econômica nos Estados escolhidos, afeta de forma positiva o desenvolvimento econômico nos países outrora citados e (h_{2a}) o impacto da globalização política sobre o crescimento econômico é diverso entre a América Latina e OCDE, com maior impacto positivo nestes.

Além disso, buscou-se analisar graficamente o comportamento das variáveis adotadas no grupo de países selecionados, com o objetivo de traçar inferências acerca da trajetória das mesmas no decorrer dos anos (1990-2013). Dessa forma, o capítulo se subdivide em três sessões, cada uma delas explicando graficamente o comportamento de cada variável – dependente e independentes – nos países da América Latina e da OCDE juntamente com a Rússia, no período de 23 anos. Os gráficos foram feitos de duas formas. Assim, os primeiros mostram a trajetória da média da variável por região. Os segundos mostram a trajetória da variável no decorrer dos anos para cada país individualmente. Dessa forma, para fins metodológicos, é importante deixar claro que a Rússia se encontra dentro do grupo de países da OCDE, assim, quando se menciona OCDE entende-se que a Rússia está inserida dentro do conjunto, mesmo sabendo que a Rússia não é um país-membro de dita organização.

A quarta e última sessão do capítulo é responsável por apresentar os resultados empíricos encontrados através das modelagens estatísticas. Assim, nessa sessão, a tabela 4 é apresentada, contendo o número de observações, a média, o desvio padrão e os valores mínimos e máximos encontrados de cada variável para os grupos de países – América Latina, OCDE e Rússia – e, para o conjunto de países em sua totalidade, ou seja, os valores para a América Latina, OCDE e Rússia agrupados. Além disso, introduz-se a tabela 5, que contém os resultados das estimações estatísticas. Por fim, explica-se os resultados empíricos obtidos através das modelagens estatísticas e realiza-se o teste de hipóteses.

3.1 Crescimento Econômico

De acordo com Edwards (2002), a década de 1990 na América Latina foi marcada por níveis razoáveis de crescimento econômico. As projeções realizadas pelo Banco Mundial esperavam um crescimento anual do PIB de 6% nos países da região. No entanto, o que se observou foi um crescimento muito aquém do aguardado, uma vez que as economias latino-americanas atingiram um crescimento anual do PIB de apenas 3,3% durante o período envolvendo a década de 1990. Uma das razões que explicam o baixo crescimento econômico na região envolve os acontecimentos da década de 1980, considerada como década perdida. Segundo a CEPAL (1996)¹², a crise da década de 1980 foi a principal responsável por um período marcado por desequilíbrios econômicos que levaram os países latino-americanos, em sua maioria, a aplicar reformas estruturais visando reverter a situação calamitosa e alcançar uma estabilização econômica. Assim, ainda de acordo com a CEPAL (1996), durante esse período (1980), a região passou por um processo de reajustes econômicos, reformas fiscais e um crescimento do PIB de apenas 2,1%. A partir de 1991-1992, conforme dados da CEPAL (1996), começa-se a observar uma relativa melhora no desempenho econômico da região, com leves oscilações, o que prossegue até o ano de 1997, quando a variação média percentual do PIB atinge o seu pico. Os anos finais da década de 1990 são marcados por uma queda no crescimento médio do PIB, muito devido à crise cambial de 1999 (CEPAL, 1996).

No entanto, conforme explana Santos (2015), os anos 2000 são marcados por um momento no qual Estados em desenvolvimento apresentam um crescimento econômico significativo, “[...] registrando-se a maior expansão de renda *per capita* da história mundial e a maior redução da diferença da renda *per capita* em relação aos países desenvolvidos.” (SANTOS, 2015, p. 208). Segundo Santos (2015), durante a década de 2000 os países em desenvolvimento apresentaram taxas de crescimento econômico notáveis, fazendo com que tal momento fosse caracterizado pelo *superboom* dos emergentes. (SANTOS, 2015). Faz-se necessário destacar que, durante esse período, tal crescimento econômico significativo não foi acompanhado pelos países desenvolvidos, como fica perceptível através dos gráficos. “De modo inédito, [...], todas as regiões

¹² Quince años de desempeños económico. América Latina y el Caribe 1980-1995 Sección de Obras de Economía Contemporánea. Chile, 1996. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

subdesenvolvidas apresentaram uma taxa de expansão do PIB maior do que a média dos países desenvolvidos.” (SANTOS, 2015, p. 210-11).

Dessa forma, de acordo com Santos (2015), o *superboom* dos emergentes foi caracterizado pela associação de dois fatores fundamentais, sendo eles: 1) o crescimento econômico através do aumento do nível do PIB e 2) a distribuição de renda, fazendo com que se observasse uma redução da pobreza, especialmente nos países sul-americanos. O que se torna perceptível nos gráficos a partir do ano de 2002. “De acordo com Cepal (2012), a proporção de pobres na América Latina caiu de 43,9% em 2002 para 29,4% em 2011 e a de indigentes de 19,3% para 11,5% no mesmo período.” (SANTOS, 2015, p. 226). Para além do mais, como explica Santos (2015), os países latino-americanos foram as economias que mais rápido se recuperaram da crise de 2008-2009, apresentando uma reação positiva e efetiva ao cenário de crise, que é justamente o que se constata nos gráficos, com a recuperação do PIB a partir do ano de 2010, mantendo o seu crescimento estável nos anos de 2011-2013.

Os países da OCDE, por sua vez, apresentam uma trajetória diferente, como se pode observar nos gráficos. De acordo com dados da OCDE (2000)¹³, a partir da década de 1990, os níveis do PIB entre as economias da OCDE passaram a não mais convergir entre si, uma vez que, durante esse período, apenas alguns países de alta renda apresentaram crescimento significativo do PIB, sendo eles: Austrália, Holanda, Noruega e, Estados Unidos. Por outro lado, o Japão e alguns países da Europa continental apresentaram um crescimento econômico mais lento quando comparado a década de 1980 (OCDE, 2000). Como observado nos gráficos, os níveis de variação do PIB nos países da OCDE não oscilam muito – diferentemente do que ocorre com os países latino-americanos. Dessa forma, por possuírem regimes políticos mais fortificados, não se nota grandes variações quando comparados com os países da América Latina.

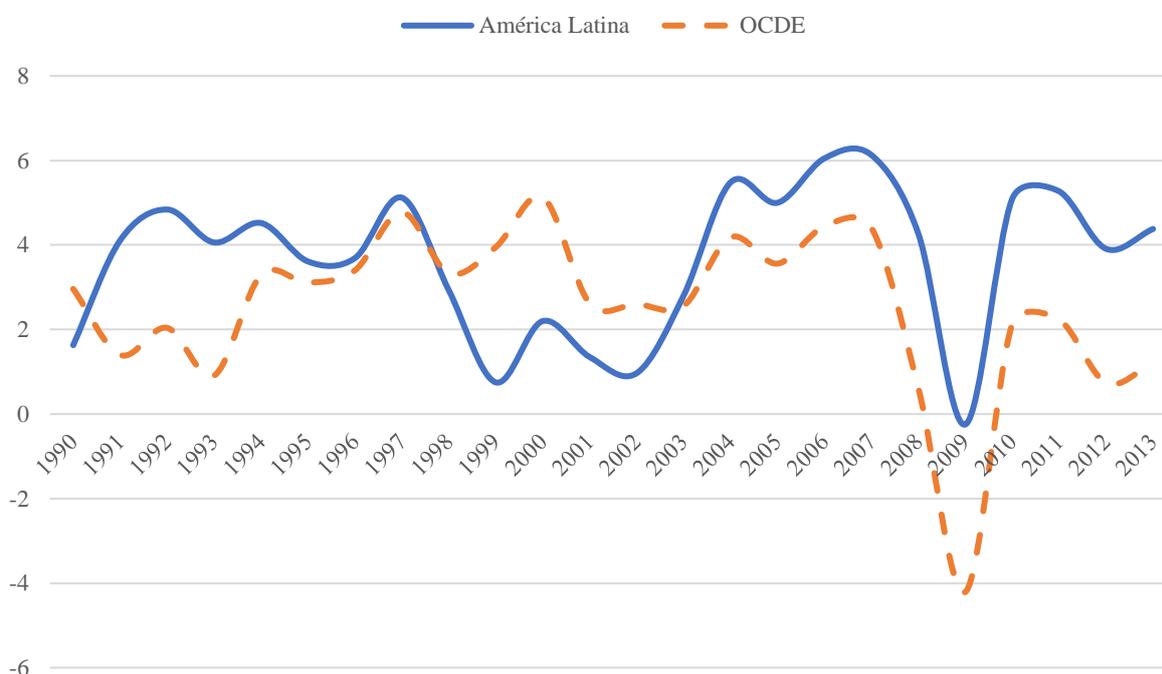
No entanto, como mencionado anteriormente, os anos iniciais da década de 2000 são caracterizados por um crescimento econômico considerável da América Latina, o mesmo não se pode afirmar dos países da OCDE, que apresentaram níveis inferiores quando comparados. Mais do que isso, durante os anos de 2008-2009, de acordo com o gráfico, no período da crise mundial, os países da OCDE apresentaram níveis de crescimento econômico muito mais baixos do que da América Latina, atentando para o

¹³ Organisation for Economic Co-operation and Development. OECD Economic Outlook 67. 2000

fato de que os países da OCDE levaram mais tempo para se recuperar dos efeitos causados pelo cenário de desequilíbrio internacional. (SANTOS, 2015).

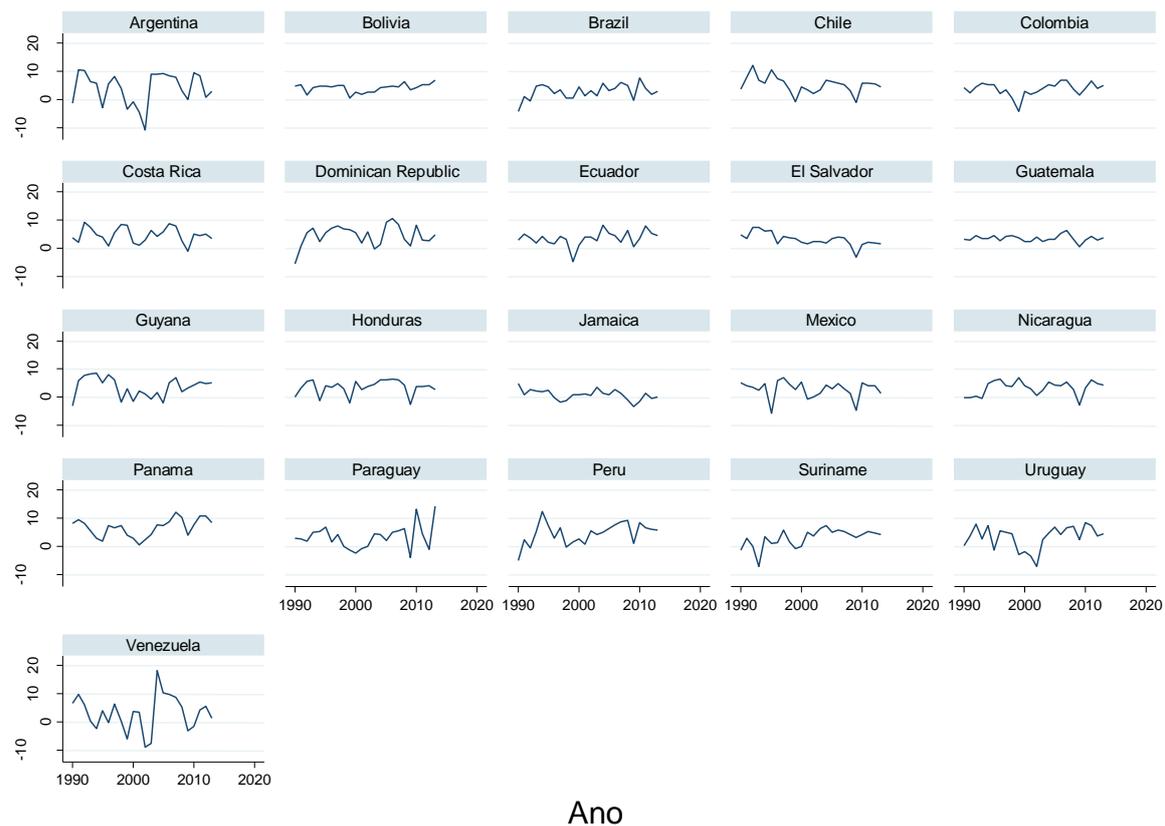
Para além do mais, destaca-se que o Reino Unido e os Estados Unidos são os países que mais mantiveram o seu crescimento econômico estável com o passar dos anos, sofrendo uma leve queda – quando comparados as outras economias – em 2008-2009, mas se recuperando para níveis estáveis logo em seguida. A Rússia, por sua vez, segue uma trajetória de crescimento econômico exponencial, com poucas quedas até o ano 2000, quando atinge o seu pico. Depois, o país se mantém estável e cai de maneira considerável em 2008, com a crise mundial, mas logo em seguida volta a crescer.

Gráfico 2 – Média da variação Percentual do PIB



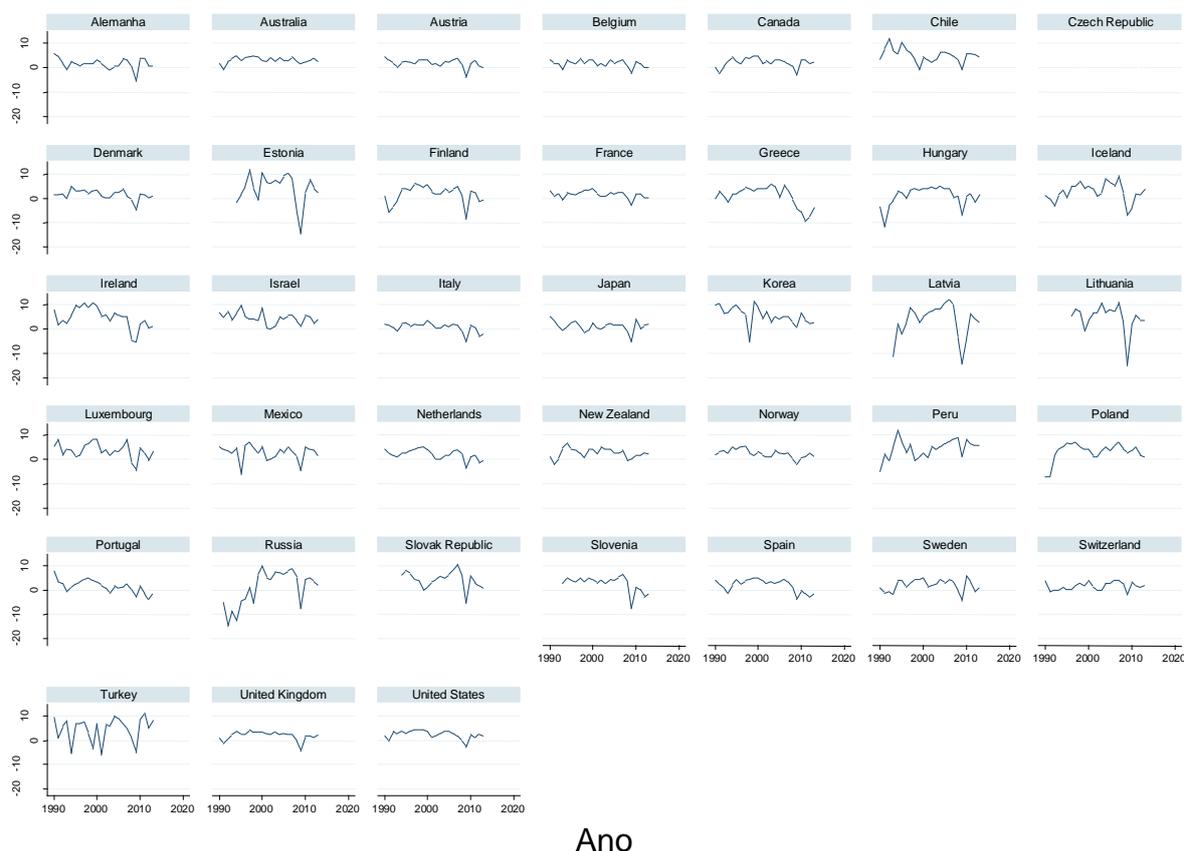
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do FMI.

Gráfico 3 – Variação Percentual do PIB por país – América Latina



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do FMI.

Gráfico 4 – Variação Percentual do PIB por país – OCDE e Rússia



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do FMI.

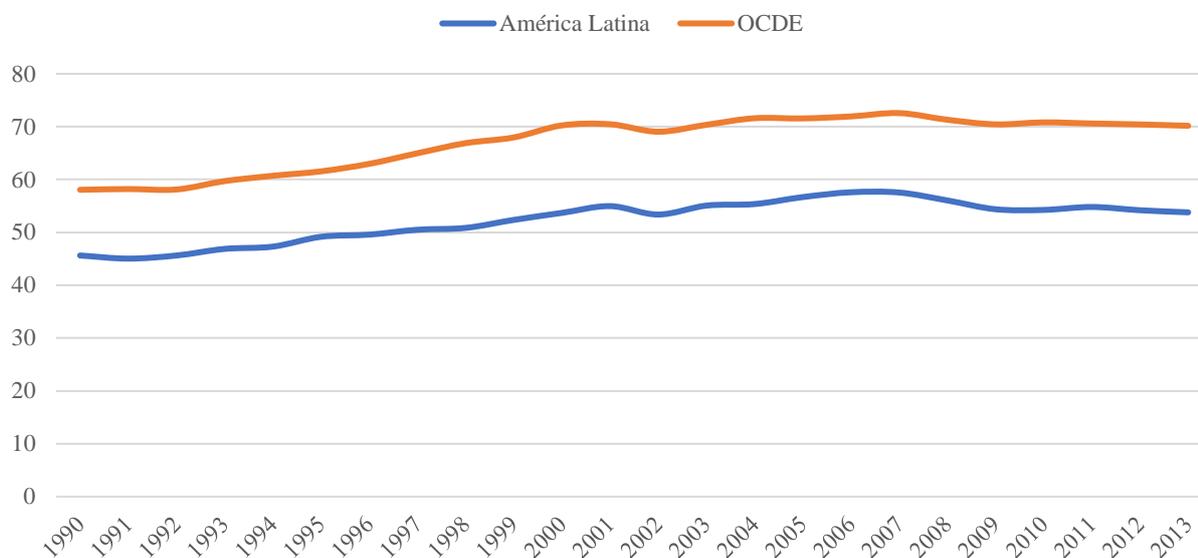
3.2 Globalização Econômica e Política

Segundo Nogueira e Ferreira (2017), a globalização econômica compreende todos os fluxos comerciais e financeiros dos países, ou seja, o quão abertos e integrados eles estão com a economia mundial. Dessa forma, em termos simples e de acordo com os autores, a globalização econômica nada mais é do que a abertura comercial dos países.

Assim, para essa variável, quando se calcula a sua média em relação aos países da América Latina e da OCDE, não se nota diferenças consideráveis, basicamente, os valores para os dois grupos se mantêm estáveis e constantes, quase seguindo uma linearidade no gráfico. A diferença perceptível é que os níveis médios da globalização econômica nos

países da OCDE se apresentam um pouco maiores do que quando comparados os países latino-americanos.

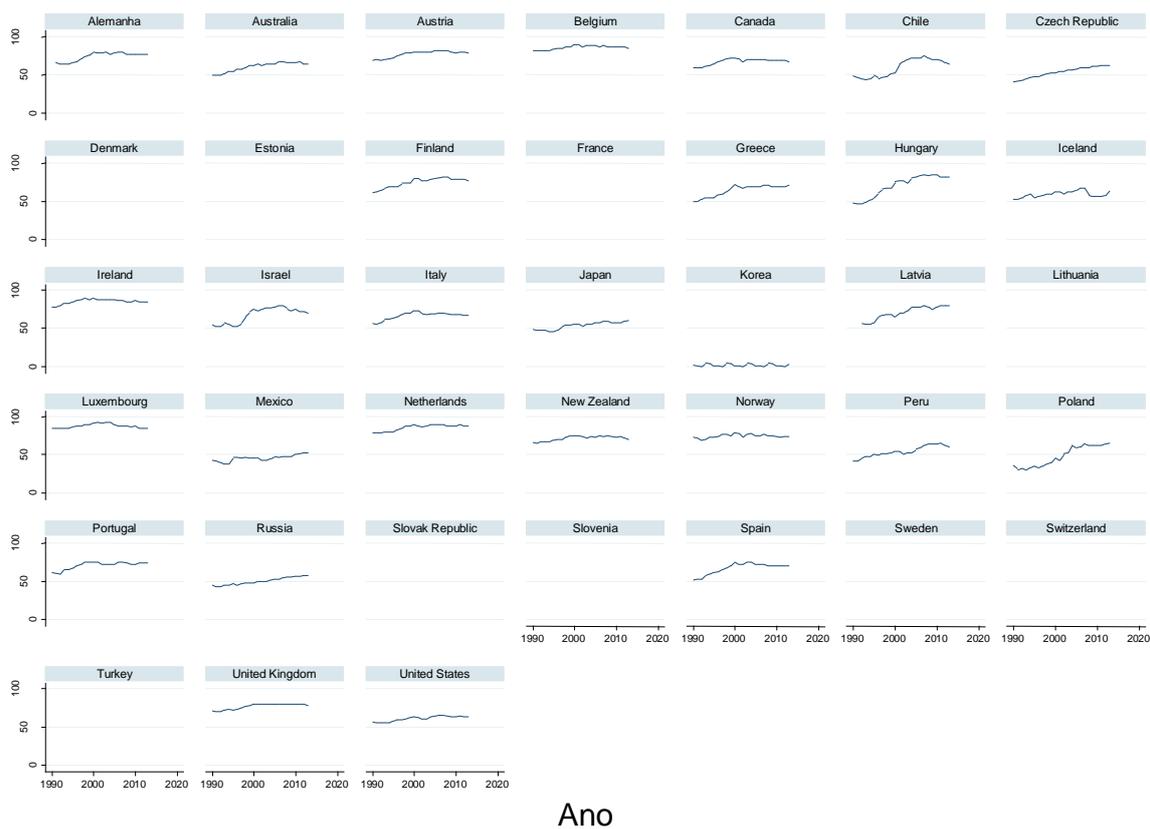
Gráfico 5 – Média da Globalização Econômica por Região



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

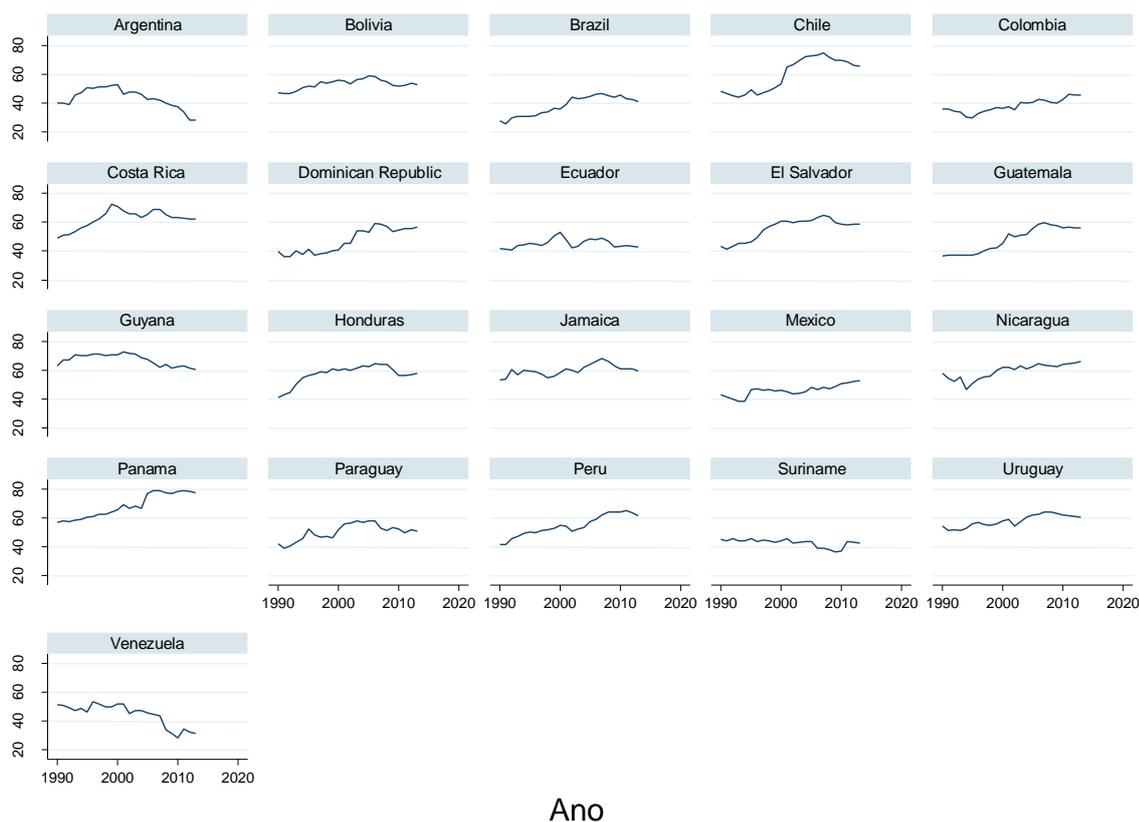
Os gráficos individuais dos países da OCDE também mostram uma linearidade, com poucas alterações na trajetória da globalização econômica, com destaque apenas para o Chile, Hungria, Polônia e Israel que apresentam elevações nos níveis a partir dos anos 2000. Os países da América Latina apresentam trajetórias diferentes, com os gráficos individuais alternando de país para país. Nesse caso, se notam elevações e quedas claras na globalização econômica. A Argentina, por exemplo, apresenta uma trajetória descendente a partir do início dos anos 2000. O mesmo ocorre com a Venezuela.

Gráfico 6 – Globalização Econômica por países – OCDE e Rússia



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

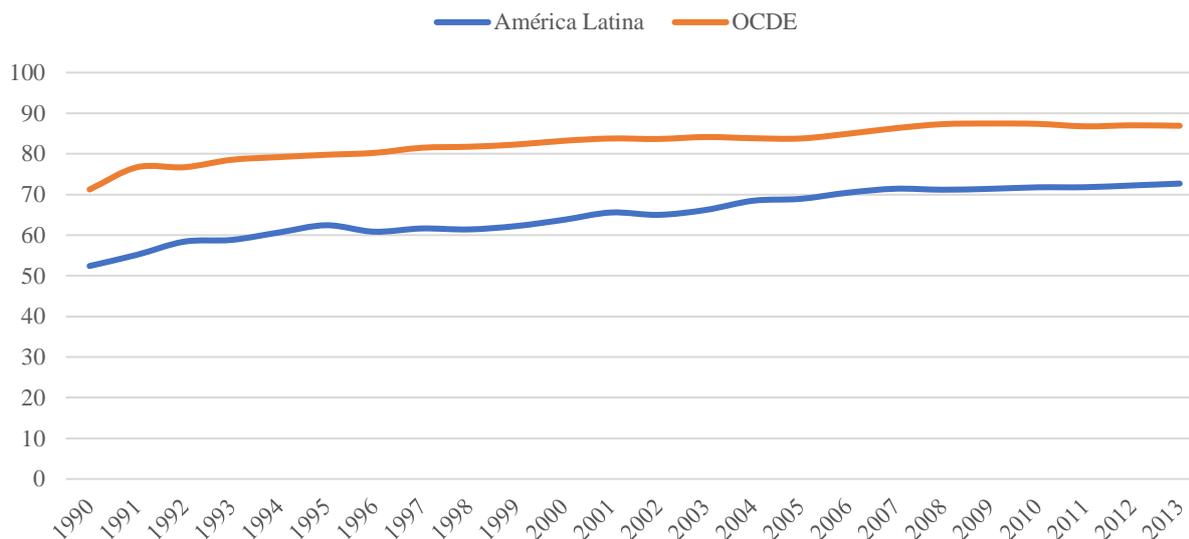
Gráfico 7 – Globalização Econômica por países – América Latina



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

A globalização política, por sua vez, é caracterizada por processos que encurtam as fronteiras nacionais, ou seja, todas as movimentações pós e transnacionais juntamente com fluxos de informações que excedem os limites dos Estados (Delant; Rumfort, 2007). Nesse sentido, a globalização política pode ser mensurada através da participação dos países em organismos internacionais e, até mesmo, a presença em missões de paz da ONU, por exemplo. Para além do mais, como forma de mensuração, também se inclui a quantidade de embaixadas que os países possuem e a sua adesão à tratados internacionais. A globalização política mostra o quão relevante e influente é aquele país no cenário internacional.

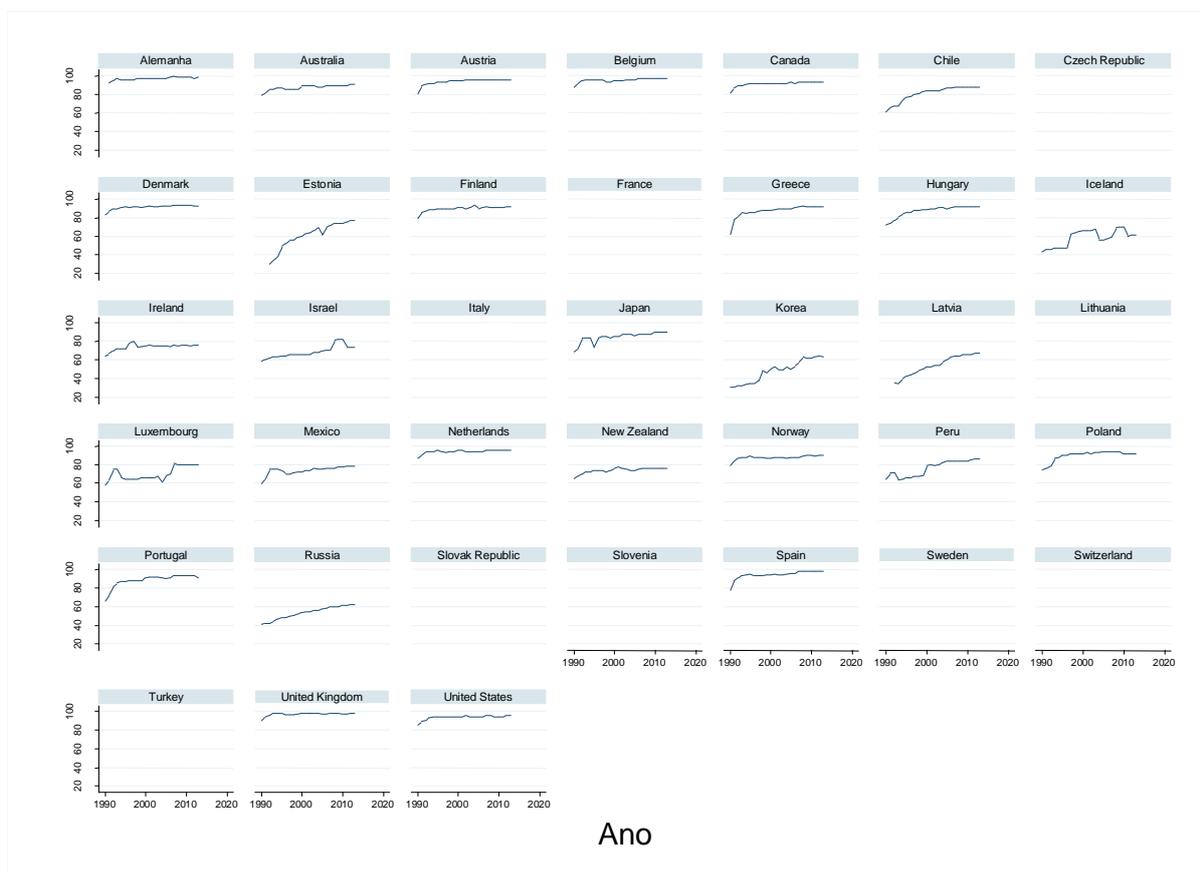
Gráfico 8 – Média da Globalização Política por Região



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

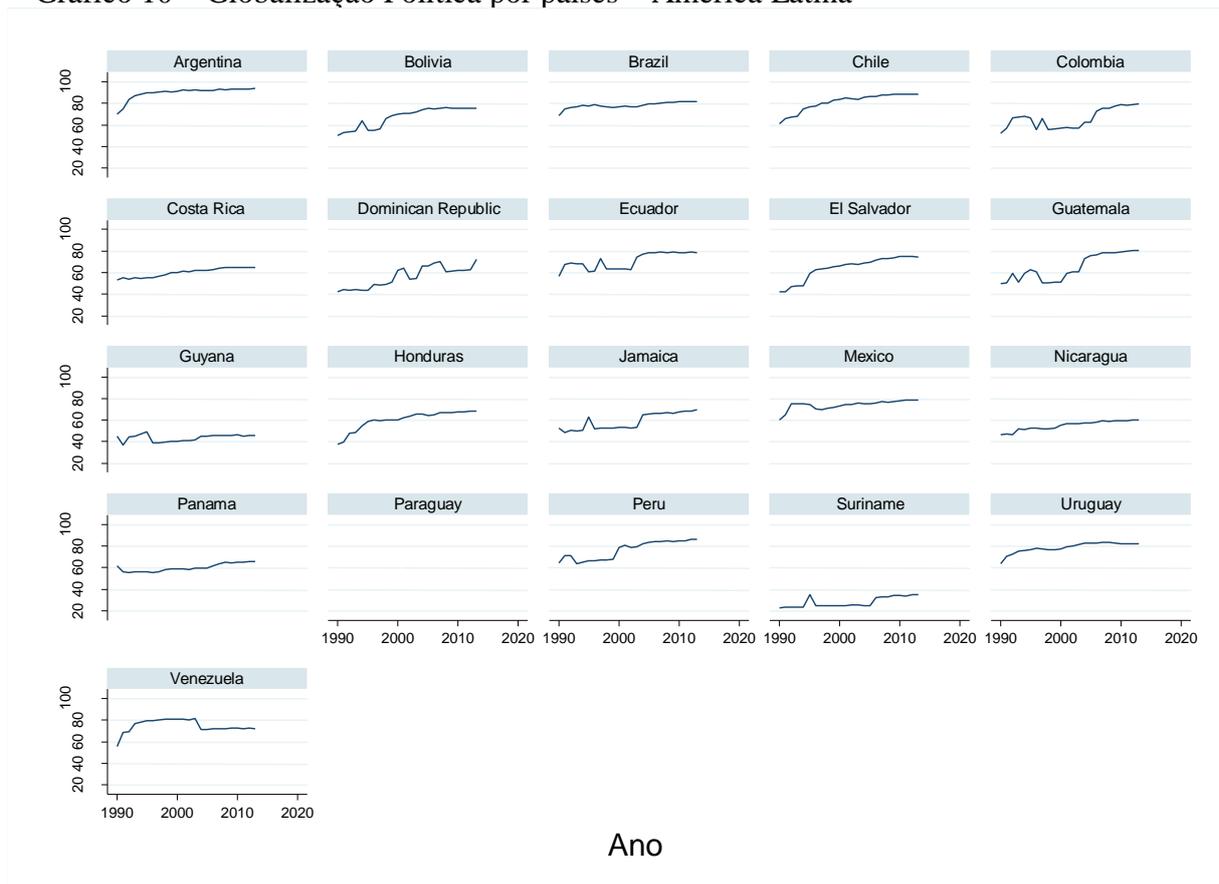
Dessa forma, ao comparar as médias da globalização política na América Latina e na OCDE não se percebeu diferenças significativas. De fato, os gráficos da globalização política em muito se parecem com os gráficos da globalização econômica, ambos apresentando linhas constantes e sem variações bruscas. Percebe-se que o nível médio de globalização política dos países da OCDE se encontra só um pouco acima do nível médio dos países latino-americanos. Na América Latina, a partir do ano de 2003, se nota um singelo aumento no nível de globalização política, que se mantém estável até o ano de 2013. No caso da OCDE, o crescimento da globalização política é percebido, também de maneira singela, apenas no início da década de 1990, os valores se mantêm constantes com o passar dos anos.

Gráfico 9 – Globalização Política por países – OCDE e Rússia



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

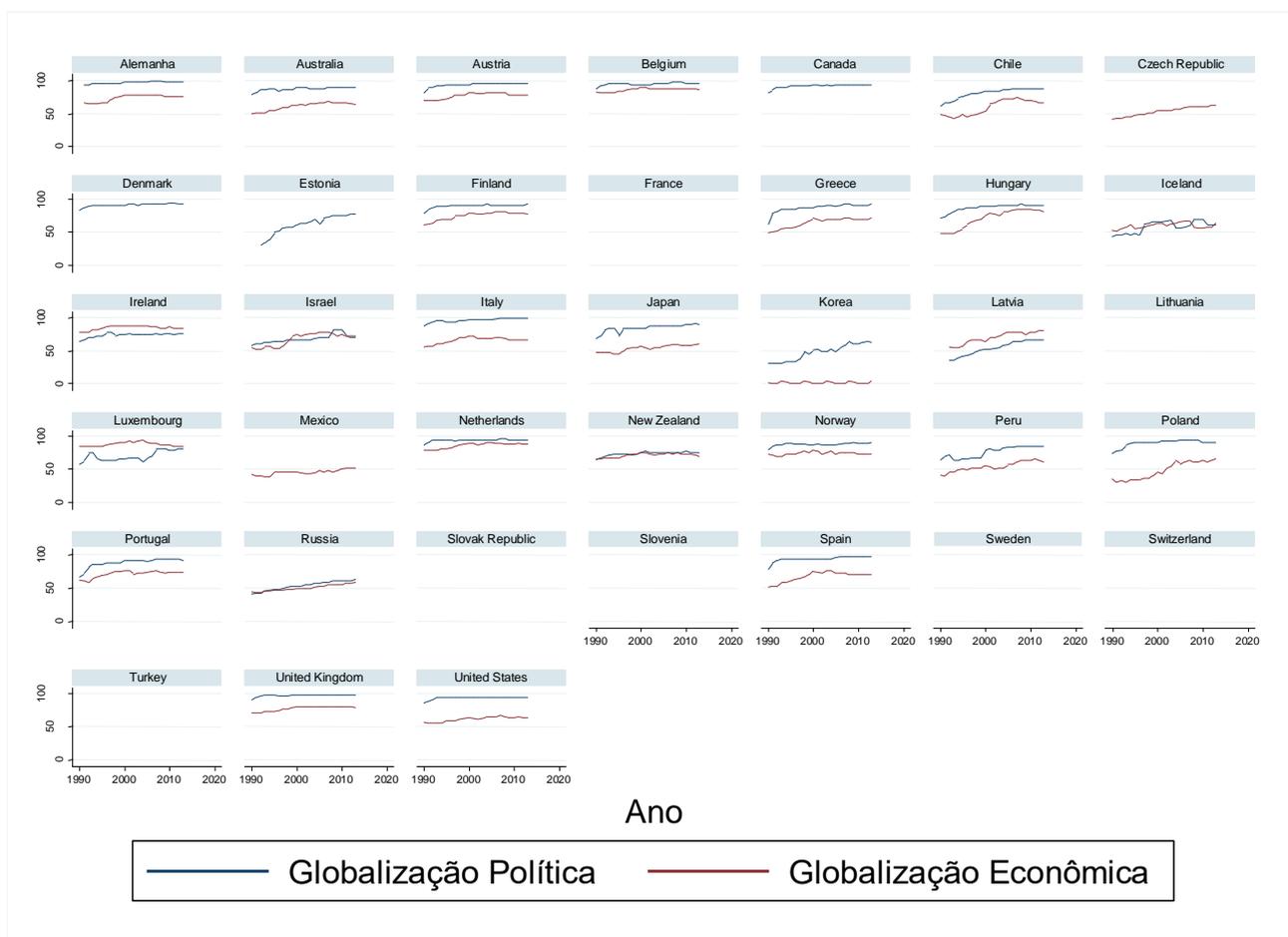
Gráfico 10 – Globalização Política por países – América Latina



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

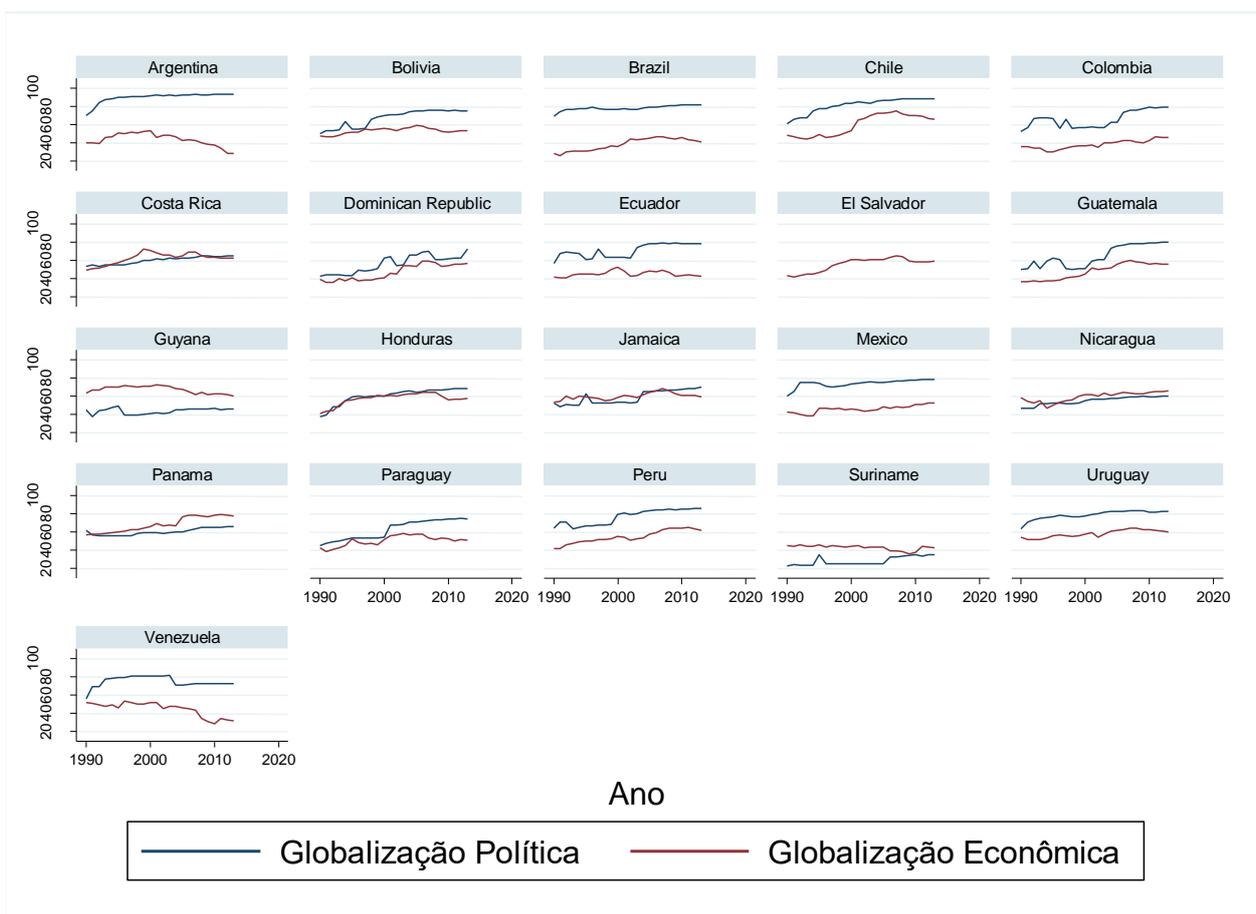
Quando as variáveis são analisadas de forma conjunta nos países da OCDE, se nota que, individualmente, a globalização política se mostra mais elevada na maioria dos países da organização, com exceção da Irlanda, Israel, Letônia e Luxemburgo. A Islândia apresenta níveis de globalização política e econômica que se igualam em vários momentos, fazendo com que as duas globalizações praticamente caminhem de maneira conjunta. O mesmo acontece na América Latina, na qual a globalização política se mostra mais elevada na grande parte dos países da região, com exceção apenas da Costa Rica, Guiana, Panamá e Suriname.

Gráfico 11 – Globalização Política e Econômica por países – OCDE e Rússia



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

Gráfico 12 – Globalização Política e Econômica por países – América Latina



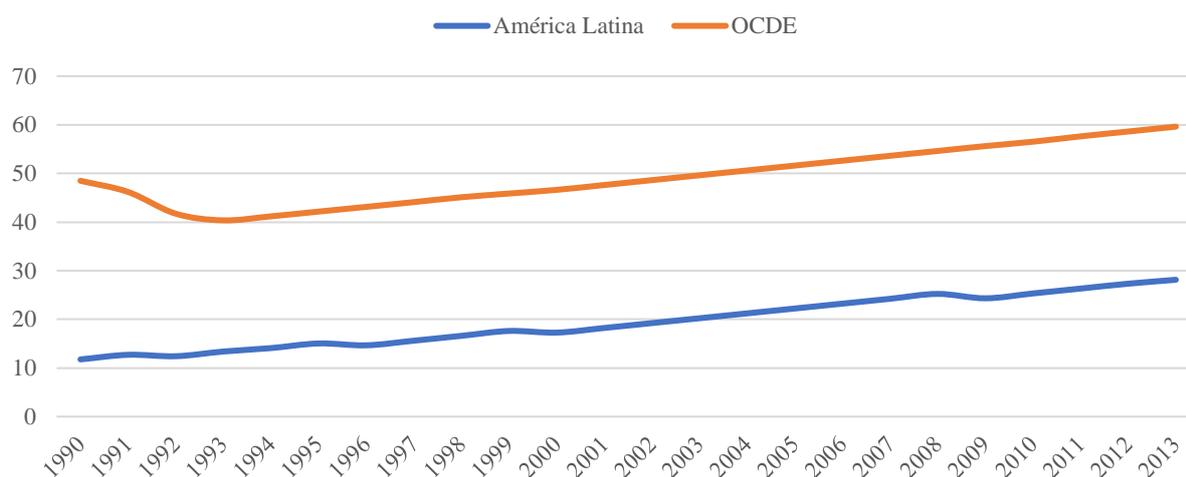
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

3.3 Durabilidade do Regime e Amplitude Democrática

Assim como os gráficos anteriores, não foi observada muitas alterações na média da durabilidade do regime nos dois grupos de países. A durabilidade do regime é mensurada através da ausência de rupturas institucionais. Dessa forma, com o fim dos regimes militares na América Latina e o início do processo de retomada da democratização, com o advento da terceira onda democrática (Huntington, 1994), não se constatou rupturas institucionais nesses países. Com o passar dos anos, se identificou uma tentativa de fortalecimento da democracia latino-americana, com a realização de processos eleitorais e alternância de governos. Por essa razão, não se identifica variações importantes na média da durabilidade do regime, que se mantém constante ao longo da

década de 1990 e dos anos 2000-2013. Quando analisados de maneira individual, pode-se notar que a trajetória dos gráficos são todos ascendentes, mostrando a elevação da durabilidade dos regimes na região. Com exceção da Venezuela, que no final dos anos 2000 apresenta uma queda significativa e permanece com níveis inferiores nos anos de 2011-2013.

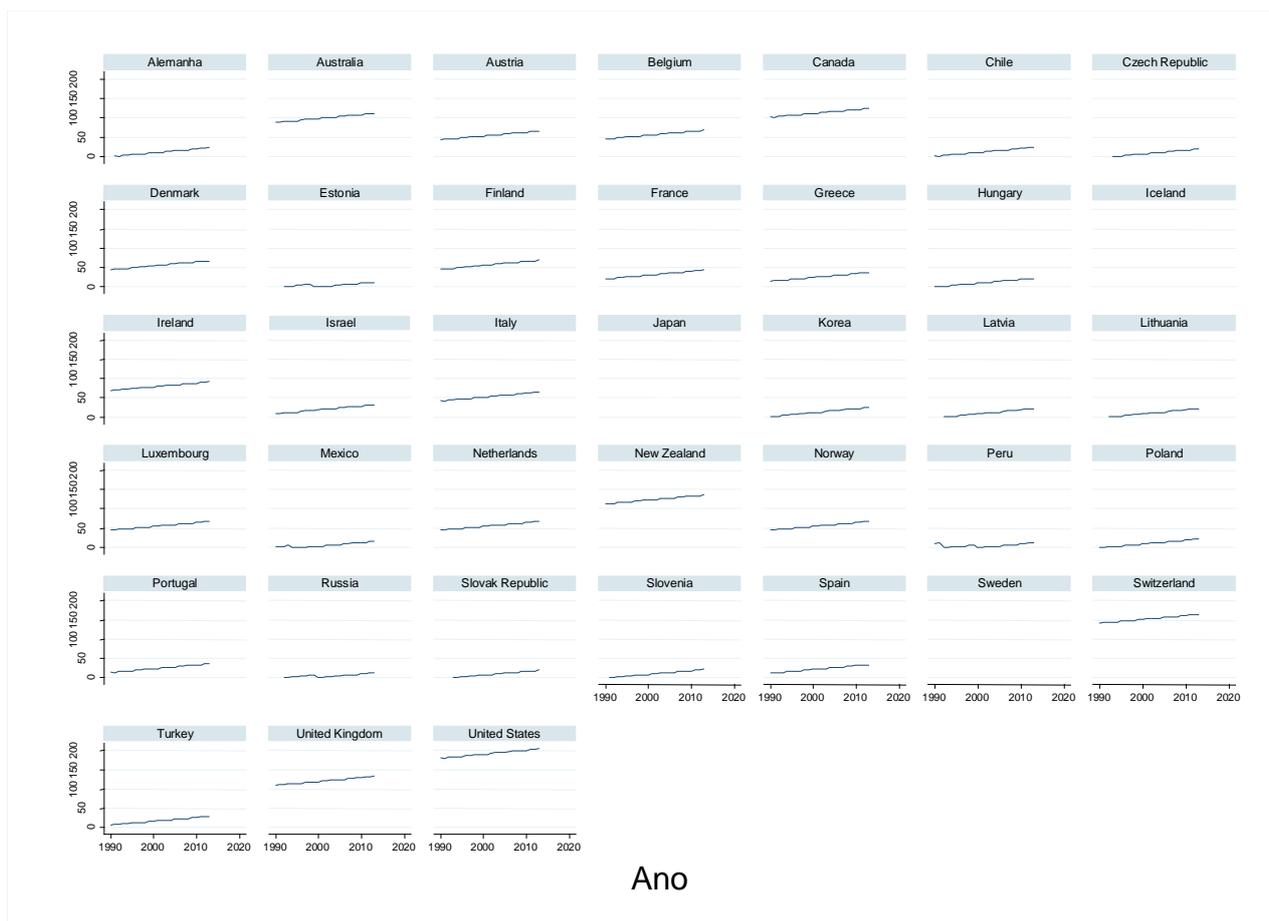
Gráfico 13 – Média da Durabilidade do Regime na Região



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

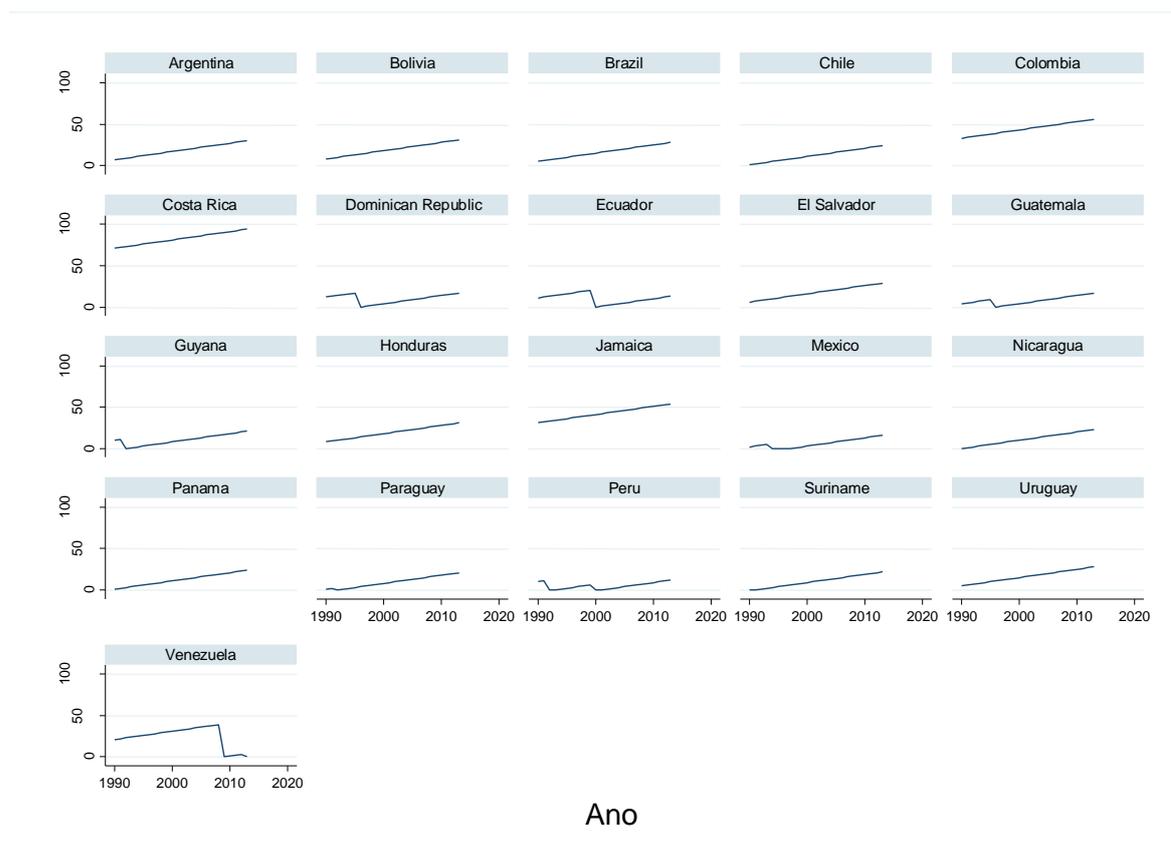
No caso dos países da OCDE, se percebe uma média mais elevada quando comparada a América Latina, mas se entende que a razão disso reside no fato de os regimes políticos que compõem a organização já são mais antigos e fortificados, também não apresentando rupturas institucionais no período selecionado (1990-2013). Quando analisados de maneira separada, constata-se que os países da OCDE se comportam de maneira similares, apresentando uma linearidade e estabilidade na durabilidade do regime.

Gráfico 14 – Durabilidade Democrática por países – OCDE e Rússia



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

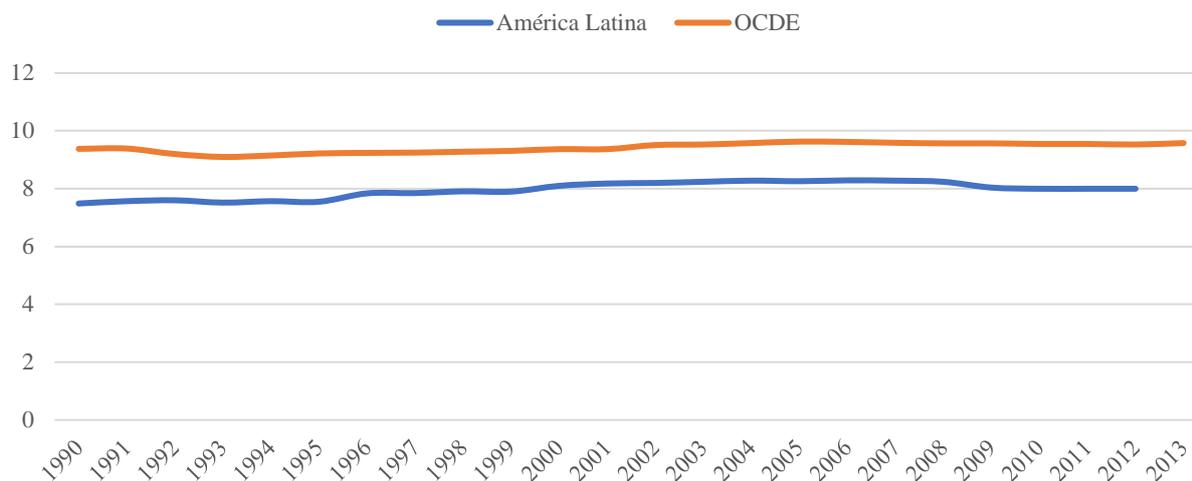
Gráfico 15 – Durabilidade Democrática por países – América Latina



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

Em relação a amplitude democrática, através do gráfico pode-se constatar que o valor médio dessa variável se comportou de maneira similar para ambos as regiões dentro do intervalo de tempo selecionado. Os países da OCDE apresentaram níveis maiores de amplitude democrática, mas a diferença não foi significativa quando comparados aos países da América Latina. Assim como nos outros gráficos, a média do valor da amplitude democrática se manteve constante, sem alterações importantes no decorrer dos anos.

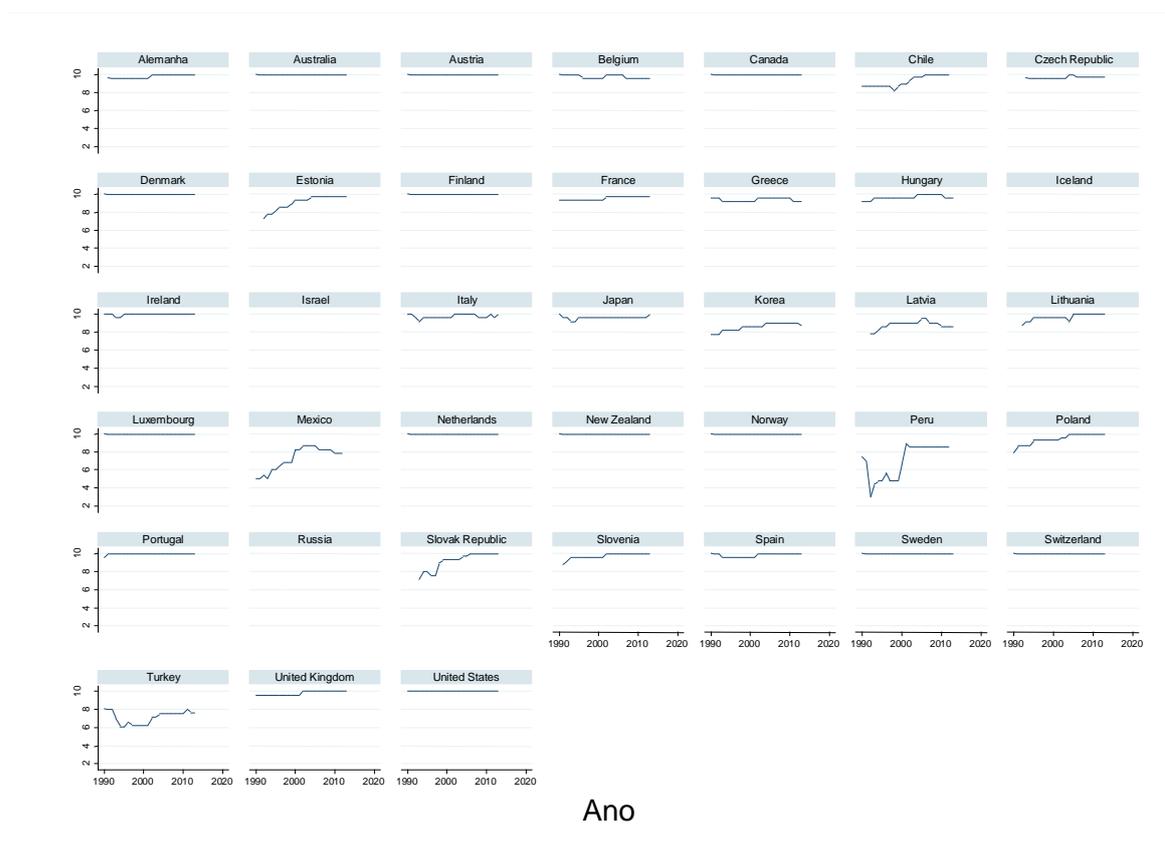
Gráfico 16 – Média de Democratização na Região



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

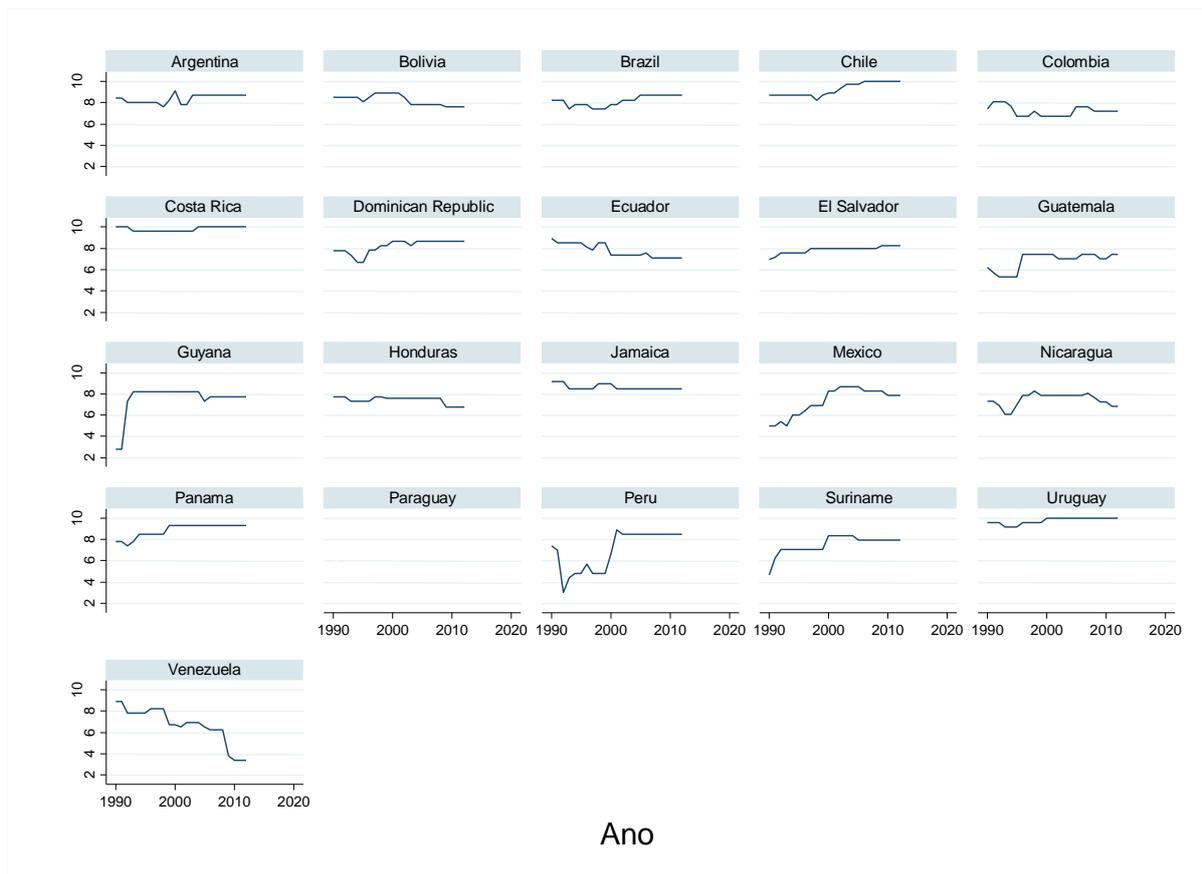
Quando analisados separadamente, viu-se que nos países da OCDE, os valores da amplitude democrática se mostraram bastante elevados e seguiram uma trajetória estável na sua grande maioria. Com exceção do México, Peru, República Checa, Letônia e Turquia. Os países da América Latina, por outro lado, apresentaram níveis inferiores de amplitude democrática e menos linearidade quando comparados aos países da OCDE. No entanto, a grande maioria, com exceção da Venezuela e da Nicarágua, apresentou trajetórias ascendentes da amplitude democrática com o passar dos anos, não se notando alternâncias importantes.

Gráfico 17 – Amplitude Democrática por países – OCDE e Rússia



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

Gráfico 18 – Amplitude Democrática – América Latina



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do QOG.

3.4 Resultados Empíricos

Prossegue-se, agora, para os resultados da modelagem estatística juntamente com o teste das hipóteses. Dessa forma, para esta dissertação, foram realizados seis modelos estatísticos. Dois deles para a região da América Latina, um testando a amplitude democrática e o outro a estabilidade institucional. Os outros dois foram feitos para os países da OCDE juntamente com a Rússia. Da mesma forma que na América Latina, foram testadas a amplitude democrática e a estabilidade institucional. E, por fim, os últimos dois modelos foram feitos para a totalidade dos países, ou seja, América Latina, OCDE e Rússia. Nesse caso também se testou as variáveis amplitude democrática e estabilidade institucional. A motivação para testar os países separadamente foi justamente baseada em obter resultados distintos para as diferentes regiões e assim poder traçar tendências, compará-las e contrastá-las de maneira mais direta. Para além do mais, os modelos construídos demonstraram confiança, uma vez que o número de observações em cada um deles foi elevado e o $prob > x^2$ apresentou valores de 0,00 em todos eles.

Tabela 4 – Valores estatísticos das variáveis

Variáveis	Observações			Média			Desvio Padrão			Mínimo			Máximo		
	OCDE	LA	Total	OCDE	LA	Total	OCDE	LA	Total	OCDE	LA	Total	OCDE	LA	Total
Crescimento econômico	885	504	1317	2,69	3,66	2,98	3,56	3,49	3,56	-14,80	-10,90	-14,80	12,31	18,29	18,29
Amplitude democrática	869	483	1283	9,36	7,95	8,91	1,12	1,21	1,29	3,00	2,83	2,83	10,00	10,00	10,00
Estabilidade institucional	872	504	1304	48,09	19,44	39,20	46,33	18,61	41,20	0,00	0,00	0,00	204,00	94,00	204,00
Capital humano	890	396	1220	9,68	5,88	8,60	2,30	1,43	2,75	3,25	2,60	2,60	13,89	8,82	13,89
Globalização econômica	717	504	1149	65,70	52,28	60,50	17,60	10,72	16,70	0,00	25,86	0,00	95,59	78,95	93,59
Globalização política	715	504	1147	81,57	65,20	74,60	15,40	15,15	17,70	30,35	22,81	22,81	99,35	93,52	99,35
Peso relativo da dívida pública	817	378	1138	42,04	48,95	44,90	12,02	32,43	20,90	3,89	3,89	3,89	93,76	236,54	236,54
(ln)População	768	504	1200	16,39	16,01	16,17	1,66	1,41	1,59	12,45	12,92	12,45	19,57	19,11	19,57

Fonte: Elaboração da autora.

Dessa forma, se observou que nos modelos realizados apenas para os países da América Latina, levando em consideração a estabilidade institucional, constatou-se que, nesse caso, as únicas variáveis que se mostraram estatisticamente significantes foram a globalização econômica, com significância inferior a 1% e o peso relativo da dívida pública, com significância inferior a 10%. A outra modelagem para a região latino-americana, levou em consideração a amplitude democrática, que apresentou as seguintes variáveis estatisticamente significantes, a saber: estabilidade institucional, com significância inferior a 10%; a globalização econômica, com significância menor do que 1% e o peso relativo da dívida pública, estatisticamente significativo a menos de 1%. Para além do mais, o peso da dívida pública, nas duas modelagens latino-americanas apresentaram um sinal de valor negativo.

Já para os países da OCDE, os resultados das modelagens estatísticas são os seguintes: levando em consideração a estabilidade institucional, tem-se que apenas o crescimento econômico e a globalização política se mostraram estatisticamente significantes, o primeiro com significância inferior a 1% e o segundo também com significância inferior a 1%. Destacando, nesse caso, que a globalização política apresentou um valor negativo. Para a segunda modelagem, levando em consideração a amplitude democrática, os resultados foram os seguintes: obteve-se significância estatística o crescimento econômico, inferior a 1%; a estabilidade institucional, inferior a 5%; o capital humano, inferior a 5%; a globalização política, inferior a 1%, e a globalização econômica, inferior a 5%. Nesse modelo, o valor da globalização política também foi negativo.

Em relação a modelagem dos países na sua totalidade, se obteve o seguinte resultado: em relação a estabilidade institucional, as variáveis significantes foram o crescimento econômico, com significância inferior a 1%; a globalização econômica, também com significância estatística inferior a 1%; a amplitude democrática, com significância inferior a 5%; e o peso relativo da dívida pública, significativo a menos de 5% e apresentando um valor negativo. Na modelagem envolvendo a amplitude democrática, tem-se que o crescimento econômico foi estatisticamente significativo (inferior a 1%), a globalização econômica (inferior a 1%) e o peso relativo da dívida pública com valor negativo (inferior a 5%).

Tabela 5 - Resultado das Estimações – Variável Dependente: *variação % do PIB*.

Variáveis	GMM (Arellano-Bond - Dois Estágios)					
	Modelos					
	LA [1]	LA [2]	OCDE [3]	OCDE [4]	Geral [5]	Geral [6]
L1	0,167 (0,145)	0,37 (0,138)	0,366*** (0,115)	0,338*** (0,116)	0,364*** (0,100)	0,357*** (0,104)
Amplitude democrática	1,913 (2,583)	-	0,420 (0,588)	-	1,779** (0,792)	-
Estabilidade institucional	-	0,176* (0,068)	-	0,384** (0,179)	-	0,097 (0,066)
Capital humano ²	2,320 (4,199)	1,199 (4,679)	0,860 (0,917)	3,136** (1,412)	0,570 (0,783)	-0,028 (0,856)
Índice de globalização econômica	0,3169*** (0,112)	0,329*** (0,113)	0,142 (0,089)	0,176** (0,091)	0,220*** (0,080)	0,218*** (0,081)
Índice de globalização política	-0,168 (0,224)	-0,112 (0,223)	-0,380*** (0,140)	-0,366*** (0,136)	-0,175 (0,113)	-0,160 (0,100)
Peso relativo da dívida pública (%)	-0,070* (0,425)	-0,075*** (0,031)	-0,210 (0,144)	-0,214 (0,137)	-0,069** (0,032)	-0,075** (0,032)
População	-22,817 (45,404)	-32,503 (41,124)	-17,125 (13,495)	-7,092 (13,425)	-13,163 (8,922)	-15,227* (8,771)
Intercepto	344,373 (724,707)	516,586 (642,617)	305,910 (215,112)	137,596 (217,171)	200,914 (138,439)	250,715* (138,037)
Obs.	247	247	537	537	733	733
Wald χ^2	39,87	32,69	19,97	28,46	25,21	24,45
Prob > χ^2	0,000	0,000	0,005	0,000	0,000	0,000
Nº de instrumentos	24	24	28	28	29	29

Adotou-se o erro padrão robusto. *p < 10%, **p < 5%, ***p < 1

Elaborado pela autora.

Com isso, os resultados encontrados na modelagem envolvendo a estabilidade política na região latino-americana corroboram com a hipótese h_{1b} , que afirma que na situação da América Latina o nível de democratização não impacta no crescimento econômico, mas sim a estabilidade institucional. Assim, para o modelo latino-americano, a amplitude democrática não se mostra como importante, mas sim o quão estáveis são as instituições daquela região.

Em relação a hipótese h_2 , observa-se que os resultados do dois modelos latino-americanos a corroboram, uma vez que a globalização econômica se mostrou estatisticamente significativa em ambos. Assim, entende-se que quanto maior o nível de globalização econômica, ou seja, quanto mais integrado for o mercado com a economia internacional, então maior será o seu crescimento. Já para a OCDE a hipótese h_2 é corroborada apenas em partes, uma vez que a globalização política importa na modelagem envolvendo a estabilidade institucional e a amplitude democrática. Porém, apenas no modelo envolvendo a amplitude democrática, a globalização econômica se mostra estatisticamente significativa inferior a 5%. O que faz com que a hipótese h_{2a} seja corroborada, uma vez que o impacto da globalização política sobre o crescimento econômico é diverso entre a América Latina e a OCDE, com a globalização política apresentando impacto mais significativo nos países da OCDE.

Dando continuidade, entende-se que a hipótese h_{1a} não é corroborada, uma vez que a mesma afirma que um maior nível de democratização afetaria de maneira positiva o crescimento econômico dos países e não foi isso que os modelos demonstraram. No caso da OCDE, assim como na América Latina, o que afeta diretamente no crescimento econômico é o quão estáveis são as instituições e não a sua amplitude democrática. A hipótese h_1 é corroborada apenas na modelagem envolvendo a amplitude democrática dos países na sua totalidade, uma vez que ela se mostra estatisticamente significativa a 5% e afeta positivamente o crescimento econômico.

Assim, os modelos demonstraram que, na verdade, o que importa para o crescimento econômico dos países, independente da região na qual estão localizados, é o quão estáveis são as suas instituições. O nível de democracia ou, até mesmo, o tipo de regime adotado em determinado país, não se mostrou relevante para o estudo em questão. A amplitude democrática apenas se mostrou significativa na modelagem

envolvendo todos os países, corroborando para a hipótese h1, como afirmado anteriormente.

Mais do que isso, entendeu-se que, no caso dos países da América Latina, a globalização política não importa tanto assim. No entanto, a globalização econômica se mostra enquanto determinante para o crescimento econômico da região. Na OCDE, por sua vez, ambas as globalizações importam, no entanto, o sinal negativo da globalização política chama a atenção, uma vez que tal situação no modelo não era esperado. Nessa situação, abre-se espaço para interpretações, e supõem-se, nesse caso, que maiores demandas na globalização política (financiamento de organizações internacionais, investimentos em missões de paz, etc.) acabam por desviar os investimentos que seriam destinados para o crescimento econômico desses países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou investigar a existência de uma provável relação entre as variáveis democracia, globalização e crescimento econômico em regiões com contextos e realidades distintas, sendo elas a América Latina, os países que compõem a OCDE e a Rússia, dentro de um período de 23 anos, ou seja, abarcando o intervalo de tempo de 1990-2013. Dessa forma, com o intuito de averiguar a relação – ou não – entre as variáveis, se adotou um painel dinâmico, uma vez que o estudo contava com muitos indivíduos ao longo de um espaço curto de tempo. Mais do que isso, para que as análises pudessem ser realizadas, utilizou-se o Método dos Momentos Generalizados (GMM), empregando os estimadores Arellano e Bond (1991), seguindo a estratégia metodológica já adotada por Fittipaldi *et. al* (2017). O GMM, nesse caso, se mostrou como melhor alternativa uma vez que ele é recomendado para casos em que a quantidade de momentos é maior do que a quantidade de parâmetros a serem estimados.

Dessa forma, visando uma maior sofisticação das análises, foram construídos seis modelos, dois para cada grupo de países, ou seja, para a América Latina e para a OCDE juntamente com a Rússia, e dois para o conjunto de países na sua totalidade. As análises individuais tiveram como objetivo averiguar o comportamento das variáveis dentro de realidades e cenários completamente diferentes. Com isso, para cada modelo, testou-se a amplitude democrática e a estabilidade institucional.

Assim, de acordo com os modelos para a América Latina, constatou-se que não é a natureza do regime político que importa para essa região, mas sim a estabilidade das suas instituições. Para os países latino-americanos, o crescimento econômico é explicado pelo nível de estabilidade das suas instituições. O fato da América Latina ser composta por democracias jovens, que ainda estão em fase de construção, não impacta de forma direta no crescimento do PIB dos países da região. Não se encontra essa significância nos modelos. Dessa maneira, constata-se que, de fato, o crescimento econômico depende diretamente do quão duráveis estas instituições conseguem ser a longo prazo. Tal achado corrobora com o estudo sobre crescimento econômico na América Latina realizado por Fittipaldi *et al.* (2017).

Os modelos para a OCDE, mostram resultados similares. Nesse caso, averiguou-se, mais uma vez, que a amplitude democrática não importa para o crescimento

econômico. Nesse cenário, a estabilidade institucional se mostrou enquanto variável importante para o crescimento econômico. Tal qual no caso dos países latino-americanos, na OCDE, o tipo do regime também não importa, mas sim o quão estáveis são as suas instituições. Com isso, notou-se que, em ambos os casos, o que interfere de maneira direta no crescimento econômico é a estabilidade institucional dos países que foram analisados. Então, nesse caso, o que explica um maior crescimento econômico nos países da OCDE não é o fato deles possuírem regimes democráticos mais antigos e fortificados, como outrora se pensava, mas sim o nível de estabilidade institucional que eles possuem. Portanto, para que os países latino-americanos atinjam um maior nível de crescimento econômico, se faz necessário que as suas instituições permaneçam estáveis, sem rupturas significativas.

Em relação a globalização, no caso da América Latina, constatou-se que apenas a globalização econômica impacta de forma direta no crescimento econômico dos países da região, ou seja, a abertura do mercado para a economia internacional importa. A globalização política, por sua vez, não se mostra como estatisticamente significativa. Já para os países da OCDE, a globalização política afeta diretamente no crescimento econômico em ambos os modelos. A globalização econômica, por sua vez, mostrou-se estatisticamente significativa apenas na modelagem envolvendo a amplitude democrática. Mas é importante destacar que, no caso da OCDE, a globalização política apresentou um sinal negativo, algo que não era esperado. Como já foi explicado anteriormente, entende-se que, ao gastarem com financiamentos de organizações internacionais ou com missões de paz, esses países acabam por desviar os investimentos que seriam destinados ao crescimento econômico, por essa razão, o sinal aparece negativo.

No tocante a modelagem envolvendo todos os países, os resultados se mostraram diferentes. Aqui, verificou-se que a amplitude democrática impacta de forma direta no crescimento econômico, uma vez que a estabilidade institucional, nesse modelo, não se mostrou como estatisticamente significativa. O que acaba por divergir dos modelos individuais contemplando os países da América Latina e da OCDE. Dessa forma, quando analisados conjuntamente, defende-se que o nível democrático do regime político se faz pertinente e este irá afetar de maneira direta no crescimento do PIB desses países. Por outro lado, ao analisar a globalização, percebeu-se que a globalização econômica, ou seja, o quão abertos são os mercados, afeta o crescimento econômico dos países analisados. Dito isso, as modelagens mostraram que as hipóteses h_1 , h_{1b} , h_2 e h_{2b} são corroboradas, enquanto a hipótese h_{1a} é anulada.

Em suma, os modelos demonstraram que a estabilidade institucional possui importância e impacta de maneira direta no crescimento econômico dos países da América Latina e OCDE. Para além do mais, constatou-se que o tipo de regime político não se faz fundamental para que um maior crescimento econômico ocorra em ambos os casos. Em relação a globalização, no caso da América Latina, o investimento deve ser feito na abertura de mercado, ou seja, na globalização econômica, para que o nível de crescimento do PIB desses países aumente. E, na OCDE, o investimento deve ser feito na globalização política, já que a globalização econômica não se mostrou importante. Nos modelos conjuntos, mais uma vez, a globalização econômica importa e, apenas nesse caso, o nível democrático dos regimes também.

Por fim, faz-se necessário ressaltar que a presente dissertação buscou lançar luz sobre um debate já existente na literatura de ciência política, visando comparar realidades diferentes e entender se, de fato, o tipo de regime político e a globalização importam ou não para um crescimento econômico satisfatório. Ademais, em pesquisas futuras, pretende-se ampliar o número de variáveis adotadas assim como o recorte temporal, para que análises mais aprofundadas e novas inferências possam ser traçadas, dando continuidade as discussões – ainda – presentes na academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. A., 2012. **Porque As Nações Fracassam**. Elsevier – Campus.

ACEMOGLU, D., 2003. **The form of property rights: oligarchic vs. democratic societies**. NBER Working Paper No. 10037.

ACEMOGLU, D.; NAIDU, S.; RESTREPO, P.; ROBINSON, J. A., 2015. **Democracy Does Cause Growth**, NBER Working Paper No. 20004.

AISEN, Ari. VEIGA, Francisco José. **How Does Political Instability Affect Economic Growth?** International Monetary Fund. IMF Working Paper. 2011.

ALESINA, A. RODRIK, D., 1994. **Distributive Politics and Economic Growth**, Quarterly Journal of Economics, 109(2), pp. 465–490.

ALESINA, A. OZLER, Sule. ROUBINI, Nouriel. SWAGEL, Phillip. Political Instability and Economic Growth. Journal of Economic Growth 1(2): 189-211, 1992.

BALCEROWICZ, L. **Libertate si dezvoltare. Economia pietei libre**. Multiprint Publishing House, 2001.

BENABOU, R., 1996. **Inequality and Growth**. NBER Macroeconomics Annual, 11, pp. 11-92.

CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Revisão técnica: Paulo Fagundes Visentini. – 9. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2011.

CAMPOS, Nauro F. NUGENT, Jeffrey B. **Who is afraid of political instability?** *Journal of Development Economics*, Vol. 67 (2001) 157-172.

CEPAL. **Quince años de desempeño económico. América Latina y el Caribe 1980-1995.** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Naciones Unidas. Fondo de Cultura Económica Chile S.A. 1996.

CHANG, Chun-Ping. LEE, Chi-Chuan. **The Effect of Globalization and Political Party on Economic Growth.** *Global Economic Review* 44:11, p. 31-63, 2011.

CORRÊA, Mariana F. **A Trajetória de Desenvolvimento Russa: Da Transição Sistêmica do Nacionalismo dos Recursos Naturais.** Dissertação (Mestrado) Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Saulo. **Ciclos políticos partidários e desigualdade na América Latina: Evidências empíricas para governos de esquerda (1994-2013)?**. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

DAHL, Robert A. **Polyarchy: participation and opposition.** New Heaven: Yale University Press, 1971.

DELANT, Gerard. RUMFORD, Chirs. **The Blackwell Companion to Globalization.** Chapter 21 – Political Globalization, pp. 414-428, 2007.

DIAMOND, Larry. **The Global Imperative: Building a Democratic World Order.** 1994.

DREHER, A., 2006, **Does Globalization Affect Growth? Empirical Evidence from a new Index,** *Applied Economics*, 38(10), pp. 1091-1110.

EDWARDS, Sebastian. **Crescimento Econômico na América Latina: Desafios para uma Nova Era.** *Desafios do Crescimento*, 2002, pp. 418-437.

EVANS, Alfred B. **The failure of democratization in Russia: A comparative perspective.** Journal of Eurasian Studies 2, (2009), p. 40-51.

FIANI, R., 2002. **Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v.11(18), pp.45-62.

FITTIPALDI, I. GAMA NETO, R. ARAÚJO, C. COSTA, S. **Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina?** Revista de Sociologia e Política, v. 25, p. 115-129, 2017.

FLECK, Robert K. HANSSEN, Andrew F. **The Origins of Democracy: A model with application to Ancient Greece.** The Journal of Law and Economics, volume 49, number 1, April 2006.

FRAQUELLI, Antônio. **A Argentina nos anos 90.** Indicadores Econômicos FEE. V. 27, N. 3 (2000).

FRIDERICHS, Lidiane E. **Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas.** Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 439-455, ago. 2017.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history?** The National Interest, 16 (Summer, 1992).

GARRET, Geoffrey, 1998. **Partisan Politics in the Global Economy.** Cambridge University Press.

GERBER, Theodore P. **Market, State or Don't Know Education, Economic Ideology, and voting in Contemporary Russia.** Social Forces, 79:2, pp. 477-532, 2000.

GERRING, J.; BOND, P.; BARNDT, W.; MORENO, C., 2005, **Democracy and Growth: A Historical Perspective,** World Politics, 57(3), pp. 323-64.

GRIER, K. B. TULLOCK, G., 1989. **An empirical analysis of cross-national economic growth, 1951-80.** Journal of Monetary Economics, 24, pp. 259-76.

GUJARATI, Damodar N. (2006). **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Elsevier.

HABER, Stephen. **Authoritarian Government**. 2006. In the Oxford Handbook of Political Economy, edited by Barry R. Weingast, and Donald A. Wittman, pp. 693-707. New York: Oxford University Press.

HADENIUS, A., & TEORELL, J. (2006). **Authoritarian Regimes: Stability, Change, and Pathways to Democracy, 1972–2003**. Kellogg Institute Working Paper Series.

HALLER, Alina. **Concepts of Economic Growth and Development. Challenges of Crisis and of Knowledge**. Economy Transdisciplinary Cognition Magazine, vol. 15, issue 1/2012, p. 66-71.

HUNTINGTON, S.P., and DOMINGUEZ, J.I. (1975). **Political development**. In F.I. Greenstein and N.W. Polsby (Eds.), Handbook of political science: Micropolitical theory, 1–114.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática.

HUNTINGTON, S. P., 1968. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press.

KAPLAN, Emin. AKÇORAĞLU, Alpaslan. **Political Instability, Corruption, and Economic Growth: Evidence from a panel of OECD Countries**. Business and Economics Research Journal 3:363-377, 2017.

KISSINGER, Henry. **World Order**. New York: Penguin Press, 2014.

LINDBLOM, C. E., 1977. **Politics and Markets: The World's Political Economic Systems**. Basic Books Inc., New York.

LIPSET, S. M., 1959. **Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy**. *The American Political Science Review*, 53(1), pp. 69-105.

LIZZERI, A. PERSICO, N., 2004. **Why Did the Elites Extend the Suffrage? Democracy and the Scope of Government, with an Application to Britain's "Age of Reform"**. *Quarterly Journal of Economics*, 119(2), pp.707–765.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. **O leviatã desafiado: 1946 - 2001**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

NASCIMENTO, Luma. **Primeiro o Estado, depois a democracia? Uma análise dos efeitos da capacidade estatal no desenvolvimento democrático (1903-2015)**. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

NORTH, D. C., 1981. **Structure and change in economy history**. New York: W. W. Norton & Co.

NORTH, D. C., 1989. **Institutions and economic growth: a historical introduction**. *World Development*, Amsterdam, pp. 1.319-1.332.

OECD. **OECD Economic Outlook 67**. Organisation for Economic Co-operation and Development, 2000.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**, São Paulo: Saraiva, 2005.

PAPAIOANNOU, E. SIOUROUNIS, G., 2008. **Democratisation and Growth**. *Economic Journal*, 118(532), pp. 1520–1551.

PERSSON, T. TABELLINI, G., 1994. **Is Inequality Harmful to Growth?** *American Economic Review*, 84(3), pp. 600–621.

POTRAFKE, Niklas. **Political Cycles and Economic Performance in OECD Countries**. *Public Choice*, pp. 155-179, 2010.

PRZEWORSKI, A. LIMONGI, F., 1993. **Political Regimes and Economic Growth**, Journal of Economic Perspectives, 7(3), pp. 51–69.

PRZEWORSKI, A., 1966. **Party systems and economic development**. Ph.D. Dissertation: Northwestern University.

PSACHAROPOULOS, G., 1994. **Returns to investment in education: a global update**. World Development, Elsevier, pp. 1325-1343.

RAO, V., 1984. **Democracy and economic development**. Studies in Comparative International Development 24, pp. 67-81.

REMMER, K., 1990. **Democracy and economic crisis: the Latin American experience**. World Politics, 42(3), pp. 315-335.

RODRIK, D. & WACZIARG, R., 2005. **Do Democratic Transitions Produce Bad Economic Outcomes?** American Economic Review, 95(2), pp. 50–55.

ROSS, Cameron. **Political Parties and Regional Democracy in Russia**. University of Dundee, April, 2000, London.

SANTOS, Bruno. **O Ciclo Econômico da América Latina dos Últimos 12 anos em uma Perspectiva de Restrição Externa**. Revista do BNDES, 43, Junho 2015, pp. 205-251.

SCHUMPETER, J., 1961. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

SEGRILLO, Ângelo. **Rússia e Brasil em Transformação**. 7. Ed. – Brasília: Sete Letras, 2005.

SLOAN, J. TEDIN, K. L., 1987. **The consequences of regimes type for public-policy outputs**. Comparative Political Studies, 20, pp. 98-124.

SMITH, T. **A pact with the devil: Washington's bid for world supremacy and the betrayal of the American promise.** New York: Routledge, 2007.

TAVARES, J. & WACZIARG, R., 2001. **How Democracy Affects Growth**, European Economic Review, 45(8), pp.1341–1378.

The United Nations Development Programme Database. **Organização das Nações Unidas.** Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>. Acesso em outubro de 2021.

The World Bank Database. **Banco Mundial.** Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?name_desc=false. Acesso em outubro de 2021.

WITTMAN, D. A., 1999. **O mito do fracasso da democracia: por que as instituições são eficientes?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ZAKARIA, Fareed. **The Rise of Illiberal Democracy.** Foreign Affairs, v.76, n° 6 nov./dez, 1997.